

# A EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL.

Lisiane Regina de Miranda Ledesma  
Mauri Leodir Löbler

## RESUMO

A educação e a saúde são direitos sociais da população brasileira, assegurados pela Constituição Federal de 1988 e representam importantes funções do Estado brasileiro, desenvolvidas por meio de serviços públicos, com a finalidade de atender necessidades sociais. Sob a perspectiva da gestão fiscal da administração pública, a Constituição Federal definiu limites de aplicações mínimas em educação e saúde, que precisam ser evidenciados e representam importantes pontos de controle sobre as contas públicas. Nesse sentido, o objetivo do artigo é apresentar informações sobre a evolução dos gastos públicos com saúde e educação nos municípios do Rio Grande do Sul, no período de 2008 a 2011. O artigo permitiu a observação e análise dos dados secundários obtidos do Tribunal de Contas do Estado do RS. São analisadas informações provenientes de receitas e percentual de despesas, com vistas a conhecer o cumprimento das aplicações mínimas constitucionais. Concluiu-se que nem todos os municípios do RS demonstraram o cumprimento dos dois limites constitucionais, relativos às aplicações mínimas em educação e saúde, em todos os quatro anos de análise.

**Palavras-chave:** Finanças Municipais; Setor Público; Saúde; Educação.

## ABSTRACT

Education and health are the social rights of the population, guaranteed by the Constitution of 1988 and represent important functions of the Brazilian State, developed through public services, in order to meet social needs. From the perspective of fiscal management of public administration, the Constitution set minimum limits applications in education and health, which need to be highlighted and represent important control points on the public accounts. Accordingly, the objective of this article is to present information on the evolution of public spending on health and education in the municipalities of Rio Grande do Sul, in the period 2008-2011. The article allowed the observation and analysis of secondary data obtained from the Court of the State of RS. Are analyzed information from revenues and percentage of expenditure in order to meet compliance with the minimum constitutional applications. It was concluded that not all municipalities in the RS showed the fulfillment of the two constitutional limits regarding minimum investments in education and health, in all four years of analysis.

**Keywords:** Municipal Finance, Public Sector, Health, Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação desempenha um importante papel na atividade econômica e social de um país, havendo inclusive, modelos de crescimento econômico focados no papel que a educação desempenha entre a escolaridade média da população e a renda *per capita*. Por isso, são de extrema necessidade os investimentos de forma contínua nesse setor, com políticas que visam tanto aumentar o nível de escolaridade da população quanto ofertar uma escolaridade de maior qualidade.

Assim como a Educação, a saúde também desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, fica evidenciada a importância de oferecer melhorias nesses setores, a fim de que, possam contribuir diretamente no bem-estar da população.

Pode-se dizer que dentre os inúmeros desafios dos governos, a melhoria nas áreas da educação e saúde, talvez seja o maior, pois esses setores têm sido caracterizados nos últimos anos pela precariedade de seus serviços. Claro que existem outras preocupações, mas foram selecionadas como objetos desse estudo a educação e a saúde, por serem consideradas típicas da atuação dos governos municipais e pela sua capacidade de impactar os indicadores sociais. Para tanto, é imprescindível que os investimentos públicos que correspondem aos dispêndios realizados pela administração direta, por autarquias e fundações, financiadas com recursos de impostos e de contribuições e com receitas próprias sejam aplicados de forma mais eficiente possível na saúde e na educação dos municípios.

Por esta razão, de forma a garantir a manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde a constituição estabelece que percentuais mínimos da receita sejam aplicados nesses setores. Portanto, esse estudo pretende verificar se os municípios gaúchos estão aplicando esse percentual mínimo exigido na lei e verificar a evolução dos gastos com educação e saúde nos 496 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

No primeiro momento é realizada uma revisão da literatura e logo a seguir a metodologia do estudo. No sexto item são detalhados os principais resultados da evolução dos gastos em educação e saúde no RS. Finalmente, no sétimo item, é apresentada a conclusão do estudo.

### **3 OBJETIVO**

Assim, definiu-se para o presente estudo como objetivo geral identificar a evolução dos gastos com educação e saúde nos municípios do Rio Grande do Sul no período de 2008 a 2011.

### **4 ORÇAMENTO PÚBLICO**

Como as necessidades são ilimitadas e os recursos são escassos, é necessário estabelecer prioridades. O instrumento político em que se materializam tais prioridades é o orçamento público que é um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas, nele contém a previsão das receitas e estimativa das despesas públicas. A administração pública, seja federal, estadual ou municipal, tem que ter suas finanças organizadas e planejadas para que haja um equilíbrio constante. O que pode ser arrecadado (impostos, taxas, contribuições) está definido na Constituição Federal e nas Leis específicas dos Estados e Municípios (MANUAL TÉCNICO DE ORÇAMENTO, 2013).

Na Constituição Federal, no artigo 165, afirma-se que todo orçamento público (Municipal, Estadual ou Federal) precisa ser elaborado a partir de três etapas que são: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA). A constituição prevê ainda a elaboração de uma lei complementar prevista no § 9º do artigo 165. Foi editada então a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cujo, objetivo é melhorar a administração pública, melhorando a qualidade da gestão fiscal e equilibrando as finanças públicas na busca pela responsabilidade e pelo bom uso dos recursos públicos (NASCIMENTO e DEBUS, 2010).

De acordo com Khair (2001), o descumprimento das regras da LRF leva a dois tipos de punições, a primeira delas é a punição fiscal que suspende o recebimento das transferências voluntárias das garantias e da contratação e, as previstas no código penal, que envolve o pagamento de multa com recursos próprios, a inabilitação para o exercício da função pública por um período de até 5 anos, a perda do cargo público e a cassação de mandato e em últimos casos até prisão.

O PPA tem função de estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, abrangendo um período de 4 anos, tanto no governo federal, estadual ou municipal. Sua vigência vai do segundo ano do mandato atual

até o final do primeiro ano do mandato subsequente, tendo como propósito garantir a continuidade das ações, mesmo por meio dos mandatos (NASCIMENTO e DEBUS, 2010).

Khair (2001) explica que a LDO tem por objetivo orientar de forma a adequar a forma e o conteúdo da LOA, garantindo assim, a realização das metas e prioridades estabelecidas no PPA, indicando as prioridades a serem observadas em sua elaboração, restrito ao ano a que se refere. Portanto, o LDO estabelece parâmetros para a aplicação dos recursos no orçamento anual, funcionando como elo entre o PPA e a LOA. A LOA por sua vez estima as receitas e fixa as despesas do governo de acordo com a previsão de arrecadação que serão realizadas no próximo ano. É a partir da LOA que se pode identificar a destinação dos recursos que o governo recolhe sob a forma de impostos. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do orçamento, salvo exceções (KHAIR, 2001). O Orçamento anual visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual (PPA), segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Assim, parece correto afirmar que tem-se tornado de notória importância manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas.

#### 4. 1 Receitas e Despesas Públicas

Para implantar políticas públicas no país ou mesmo fazer investimentos o governo precisa fazer alguns gastos, e o conjunto desses gastos são chamadas despesas públicas. Para Baleeiro (1997), despesas públicas é toda e qualquer aplicação em dinheiro realizada por autoridade pública, desde que haja determinada autorização legislativa, com a finalidade de criar ou adquirir bens ou prestar serviços a fim de satisfazer as necessidades públicas.

Albuquerque et al., (2008) comenta que as despesas públicas possuem quatro classificações, a saber: Classificação Institucional - Identifica quem é o responsável pela despesa, ou seja, a unidade administrativa responsável pela execução da despesa; Classificação Funcional – que classifica a despesa por área de investimento; Classificação Programática - demonstra para que a despesa está sendo realizada; Classificação por Natureza da Despesa - detalha o que será adquirido e a Classificação por Fonte de Recurso - determina de onde vem o recurso a ser utilizado. No caso da análise deste trabalho considera-se a Classificação Funcional.

O Manual Técnico de Orçamento (2013) adota como conceito de Receita Pública a disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a

execução das políticas públicas, a receita orçamentária é fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

As receitas orçamentárias podem ser classificadas de diversas maneiras, segundo o Manual Técnico de Orçamento (2013) são eles: Classificação por Natureza da Receita - é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. Assim, a natureza da receita representa o menor nível de detalhamento das informações orçamentárias sobre as receitas públicas; por isso, contém as informações necessárias para as devidas alocações no orçamento; Classificação da Receita por Identificador do Resultado Primário - As receitas primárias referem-se, predominantemente, às receitas correntes que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cotaparte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das UOs, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias; Classificação por Fonte/Destinação de Recursos - indica o destino de recursos para o financiamento de determinadas despesas.

## **5 EDUCAÇÃO**

É importante lembrar que uma nação que investe em educação contribui também para o crescimento econômico e no desenvolvimento social e cultural da sociedade e do país.

Portanto, para garantir esse direito a atual estrutura do sistema educacional está organizada em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional nº 14, de 1996 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, instituída pela lei nº 9394, de 1996, são as leis maiores que regulamentam o atual sistema educacional brasileiro (MENDES JUNIOR, 2010).

De acordo, com a Constituição Federal (1988), os municípios, objeto desse estudo, cabem à função principal de oferecer vagas em creches, pré-escolas e ensino fundamental. Conforme definido na Constituição aos municípios é exigido que apliquem ao menos 25% das suas receitas com educação, percentual pode ser maior, dependendo das constituições e leis orgânicas locais. Além disso, do total de recursos públicos aplicados, 20% correspondem ao salário-educação e 80% são oriundos da receita de impostos.

O salário-educação, instituído em 1964, é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica. Esta contribuição social está prevista na constituição, é calculada com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas e é arrecadada, fiscalizada e cobrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO /FNDE, 2013).

Os estados devem priorizar o ensino médio, mas atuar também em parceria com os municípios na oferta do ensino fundamental. O governo federal por sua vez, cabe organizar o sistema como um todo e regular o ensino superior. A União deve aplicar, no mínimo, 18%, excluídas as transferências, e os Estados, o Distrito Federal, 25% do total da receita resultante de impostos, incluídas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (FNDE, 2013).

Em relação às despesas próprias da educação o art. 70 diz que são considerados:

- Salário e encargos patronais do professor;
- Salário e encargos dos especialistas que apoiam a atividade docente (diretores, supervisores, orientadores pedagógicos);
- Treinamento do profissional do magistério;
- Salário e encargos dos servidores que atuam nas atividades-meio do ensino (apoio administrativo, merendeiras, bedéis, pessoal da limpeza);
- Construção, conservação e manutenção de creches e escolas;
- Aquisição de prédios para funcionamento de creches e escolas;
- Aquisição e manutenção de equipamentos voltados ao ensino;
- Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas relativas ao aprimoramento da qualidade do ensino e à sua expansão;
- Aquisição de materiais necessários às atividades escolares (giz, cartolinas, produtos de higiene e limpeza, tintas, carteiras escolares, mesas, mimeógrafos, retroprojetores, computadores);
- Bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas, desde que atendidas às condições do art. 213, § 1º da Constituição Federal;
- Amortização do principal, pagamento de juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos aplicados em despesas típicas do ensino;

- Transporte de alunos, o que inclui compra de veículos para a locomoção, bem como a manutenção desses veículos; e

- Subvenção a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas que se enquadrem nas condições dos incisos I e II do art. 213, da Constituição, combinado com o inciso IV, art. 77, LDB e os incisos I a V do § 2º e § 4º do art. 8º da Lei 11.494/07, tudo isso, sem prejuízo das cautelas do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal (TCE/SP, 2012).

Tem-se ainda Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (fundeb) que começou a valer a partir de 1º de janeiro de 2007, devendo se estender por 14 anos, até final de 2020. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (vinte e sete fundos um para cada estado e o Distrito Federal), formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. Cada ente federado é obrigado a depositar 20% dessa arrecadação em uma conta específica para o fundo. A União complementa quando esse repasse não atinge o valor mínimo estabelecido para cada aluno ao ano.

De acordo com o TCE/SP (2012) o estado repassa para o fundo 20% da receita de oito impostos: Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPI-exportação); Desoneração das Exportações; Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCDM); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Quota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios.

A União complementa o fundo caso, a arrecadação do estado não tenha sido suficiente para garantir o valor mínimo por aluno, que é estabelecido anualmente. A partir de 2010, a parcela do governo federal será de 10% da contribuição total dos estados e municípios. A distribuição desse total é feita com base nas matrículas, a partir dos dados do Censo Escolar. Municípios recebem os recursos do Fundeb a partir do número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental; os estados, pelo número de alunos dos ensinos fundamental e médio. Com relação à destinação dos recursos do Fundeb a lei determina que pelo menos 60% do dinheiro deve ser gasto com pagamento de professores e profissionais do magistério. O restante, 40% para manutenção e desenvolvimento do ensino básico. E por fim, o Plano Nacional de Educação – PNE com duração de dez anos tem o objetivo de traçar diretrizes e

metas para a educação no país, com o intuito de que estas sejam cumpridas até o fim desse prazo (FNDE, 2013).

## 6 SAÚDE

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde não era reconhecida como um direito de todos. O atendimento era dividido em três categorias: Os que podiam pagar por serviços privados, os trabalhadores de carteira assinada que eram segurados pela previdência social e os que não possuíam direito algum (BRASIL, 2013).

A partir da Constituição de 88 o Brasil deu um importante passo na garantia do direito à saúde, criando o sistema Único de Saúde (SUS), vinculado ao Ministério da Saúde que é o órgão do Poder Executivo responsável pela organização das políticas públicas voltadas a saúde dos brasileiros.

Seus princípios apontam para a democratização nos serviços de saúde, que deixam de ser restritos e passam a ser universais. Da mesma forma, deixam de ser centralizados e passam a ser norteados pela descentralização, com os estados e municípios assumindo suas responsabilidades e prerrogativas diante do SUS, bem como desenvolvendo ações que deem prioridade à prevenção e à promoção da saúde (SECRETARIA DE ATENÇÃO A SAÚDE, 2013).

Para Noronha (2008), o SUS abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos e tem como princípio a garantia do acesso integral, universal e gratuito para toda a população. O SUS não é composto somente por serviços públicos, mas é também complementado pela rede privada mediante o estabelecimento de contratos e convênios. Esses serviços são remunerados com recursos públicos do Orçamento da Seguridade Social. A Constituição Federal afirma, no art. 194, que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, capítulo II, Seção I, art. 194).

No que diz respeito ao financiamento, no art. 195, da Constituição Federal contempla que “a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 1988, capítulo II, Seção I, art. 195). Para garantir os recursos financeiros, o governo arrecada impostos e contribuições destinadas à Seguridade social (saúde, previdência e assistência). Além das contribuições sociais,



arrecadadas pelo governo federal, outros tributos e transferências constitucionais e legais constituem fontes de financiamento do SUS. Esses tributos e transferências estão definidos nos art. 155 a 159 da Constituição (BRASIL, 1988).

As responsabilidades pelo financiamento são das três esferas do governo, a União detém o papel principal no que se refere ao financiamento da saúde pública. Metade dos gastos fica por conta da União e a outra metade é dividida entre os estados e municípios que deverão aplicar um percentual mínimo. Os repasses ocorrem por meio de transferências “fundo a fundo” realizadas pelo Fundo Nacional da Saúde (FNS) diretamente para os estados e municípios ou pelo Fundo Estadual de Saúde aos municípios (NORONHA, 2008).

Os estados aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos. Os municípios aplicarão no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos. A União aplicará o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, apurado nos termos desta Lei Complementar, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior ao da lei orçamentária anual. Em caso de variação negativa do PIB, o valor não poderá ser reduzido, em termos nominais, de um exercício financeiro para o outro (BRASIL, 1988).

No que diz respeito às despesas com a saúde o Tribunal de Contas da União (2010), considera aquelas executadas pelos gestores as despesas relacionadas às ações e aos serviços de saúde constantes dos Planos de Saúde, tais como: vigilância epidemiológica e controle de doenças (exemplo: combate à dengue); vigilância sanitária e nutricional; educação para a saúde; saúde do trabalhador; assistência à saúde em todos os níveis de complexidade; assistência farmacêutica; atenção à saúde dos povos indígenas; capacitação de recursos humanos do SUS; pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS; atenção especial aos portadores de deficiência.

Por outro lado, existem despesas que não podem ser consideradas gastos com saúde, como por exemplo: pagamentos de aposentadorias e pensões de pessoal da saúde; ações de limpeza urbana e remoção de lixo; merenda escolar; assistência à saúde de grupos específicos, sem o atendimento ao princípio da universalidade (tais como institutos de previdência e assistência ou planos de saúde de servidores públicos, hospitais do corpo de bombeiros ou da polícia militar); ações de assistência social que não tenham a ver com a execução das ações e serviços de saúde e que não sejam promovidas pelos órgãos de saúde do SUS; ações de saneamento básico realizadas com recursos provenientes de taxas e tarifas, ou do Fundo de

Combate e Erradicação da Pobreza, ainda que venham a ser excepcionalmente executadas pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Saúde ou por entes a ela vinculados (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2010).

Merece também destaque o fato de a LRF exigir maior transparência sobre as aplicações dos recursos públicos, garantindo assim uma melhor fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do governo.

## **7 METODOLOGIA**

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso dos municípios do RS, elaborado a partir dos dados secundários extraídos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Sendo considerada também como uma pesquisa quantitativa descritiva, pois, visa quantificar valores e classificá-los.

Foi tomado como referência 496 municípios do Estado do RS no período de análise compreendido entre os anos de 2008 a 2011. Foram utilizados os dados de receitas, despesas e percentual de investimento em educação e saúde no período analisado. Para a obtenção das variáveis que compõe os indicadores Educação e Saúde foi utilizado a planilha excel. Será feita uma análise da evolução dos investimentos nessas áreas e os comentários da autora do trabalho sobre os mesmos.

## **8 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A presente seção foi dividida em dois momentos, primeiramente efetuou-se a análise da Educação e, posteriormente, abordou-se a área da Saúde.

### **8.1 Análise da Educação**

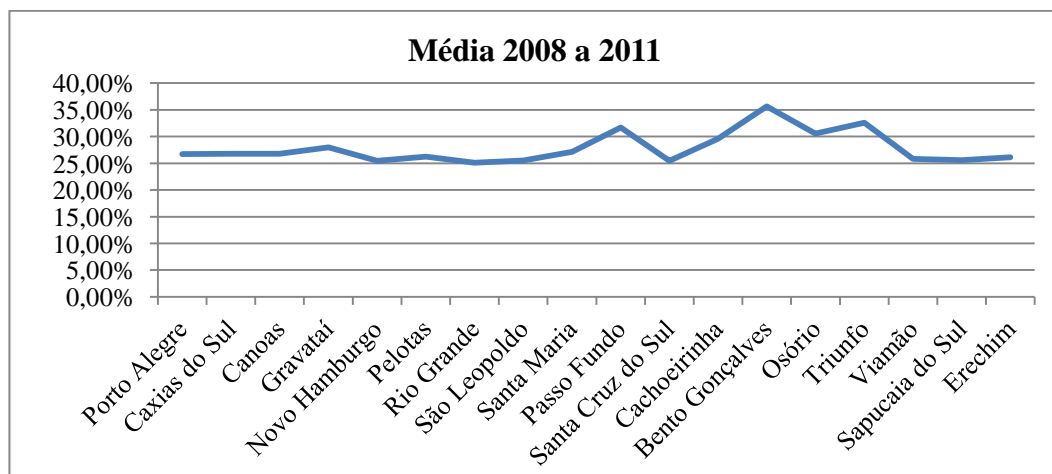
Em um primeiro momento, é possível verificar os municípios com receitas superiores a R\$ 100.000.000,00, o percentual das despesas aplicadas em educação e a média referente aos anos de 2008 a 2011 conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

**Tabela 1** - Municípios com receitas superiores a R\$ 100.000.000,00 em 2011.

Município	Receita	2011	2010	2009	2008	Média 2008 a 2011
Porto Alegre	2.171.630.360,60	26,80%	27,10%	27,72%	25,33%	26,74%
Caxias do Sul	616.185.801,54	25,64%	26,47%	28,55%	26,48%	26,79%
Canoas	441.113.942,71	25,67%	25,35%	28,30%	27,70%	26,76%
Gravataí	265.806.660,34	26,17%	27,15%	30,55%	28,07%	27,99%
Novo Hamburgo	245.720.545,45	25,34%	25,67%	25,23%	25,61%	25,46%
Pelotas	217.965.108,52	27,35%	25,39%	25,74%	26,42%	26,23%
Rio Grande	214.610.292,92	25,15%	25,14%	25,09%	25,09%	25,12%
São Leopoldo	204.169.513,20	25,53%	25,39%	25,04%	26,02%	25,50%
Santa Maria	203.755.151,67	27,83%	26,78%	27,41%	26,65%	27,17%
Passo Fundo	194.248.605,72	32,04%	32,54%	32,86%	29,35%	31,70%
Santa Cruz do Sul	155.442.295,26	25,65%	25,07%	25,76%	25,29%	25,44%
Cachoeirinha	155.145.588,94	28,94%	30,26%	31,12%	28,07%	29,60%
<b>Bento Gonçalves</b>	<b>151.582.159,40</b>	<b>33,74%</b>	<b>34,89%</b>	<b>38,65%</b>	<b>35,29%</b>	<b>35,64%</b>
Osório	137.849.658,71	32,06%	29,89%	30,11%	30,25%	30,58%
<b>Triunfo</b>	<b>132.585.408,38</b>	<b>33,06%</b>	<b>31,30%</b>	<b>34,68%</b>	<b>31,34%</b>	<b>32,60%</b>
Viamão	127.615.397,52	27,51%	25,39%	30,47%	20,03%	25,85%
Sapucaia do Sul	117.999.357,65	25,02%	26,35%	25,67%	25,33%	25,59%
Erechim	107.005.100,96	26,16%	25,82%	25,61%	26,99%	26,15%

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme dados da Tabela 1 observa-se que as variáveis específicas utilizadas para medição do cumprimento da exigência constitucional de aplicação mínima em educação. É possível constatar que o município de Bento Gonçalves (35,64%) e Triunfo (32,60%) foram os que aplicaram os maiores percentuais. Para uma visualização dos valores envolvidos, a Figura 1 apresenta a evolução dos percentuais gastos em educação nos 4 anos.



**Figura 1** - A evolução das despesas com educação nos municípios com receita superior a R\$ 100.000.000,00.

Fonte: Elaborada pela autora.

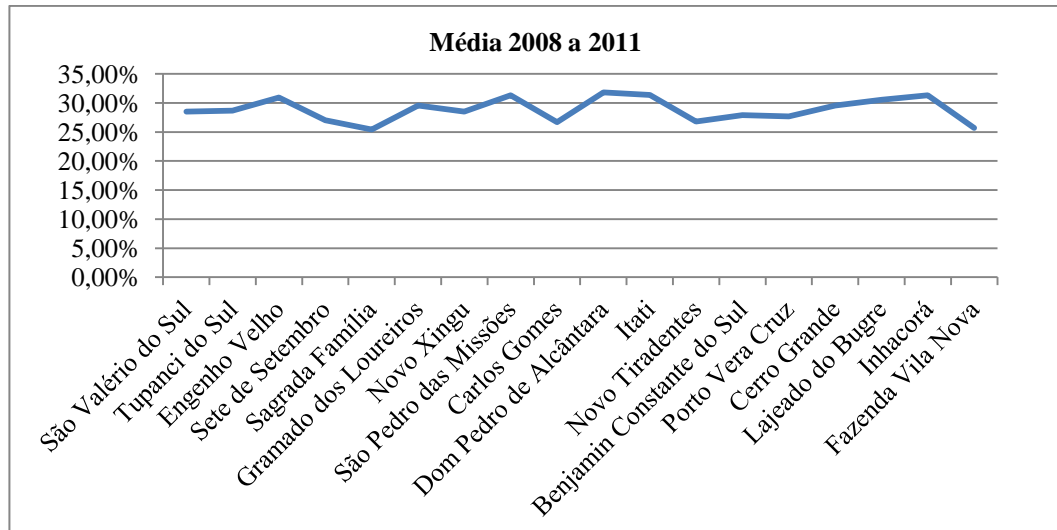
Na Figura 1 tem-se a evolução das despesas com educação, à média dos municípios com as maiores receitas do estado ficou em 27,83%. Segundo a Constituição Federal (1988) o Estado e os municípios do Rio Grande do Sul cumpriram na média dos 4 anos analisados os percentuais exigidos na lei que determina que estados e municípios devam investir em educação pelo menos 25% de sua arrecadação de tributos.

**Tabela 2** – Municípios com menores receitas em 2011.

<b>Município</b>	<b>Receita</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Média</b>
São Valério do Sul	6.899.653,64	26,93%	27,79%	30,04%	29,37%	28,53%
Tupanci do Sul	6.891.364,11	25,49%	27,79%	31,35%	30,15%	28,70%
Engenho Velho	6.860.525,56	28,30%	31,82%	32,38%	31,29%	30,95%
Sete de Setembro	6.850.119,21	26,57%	27,63%	27,74%	26,14%	27,02%
Sagrada Família	6.835.245,81	25,32%	25,10%	25,78%	25,46%	25,42%
Gramado dos Loureiros	6.827.312,45	28,46%	29,24%	29,88%	30,66%	29,56%
Novo Xingu	6.822.158,02	29,09%	29,29%	27,68%	28,00%	28,52%
São Pedro das Missões	6.775.724,21	31,67%	32,76%	31,76%	29,05%	31,31%
Carlos Gomes	6.760.826,00	25,11%	25,18%	29,13%	27,39%	26,70%
<b>Dom Pedro de Alcântara</b>	<b>6.730.545,03</b>	<b>29,96%</b>	<b>31,99%</b>	<b>33,86%</b>	<b>31,56%</b>	<b>31,84%</b>
<b>Itati</b>	<b>6.727.001,26</b>	<b>29,34%</b>	<b>30,66%</b>	<b>34,49%</b>	<b>31,10%</b>	<b>31,40%</b>
Novo Tiradentes	6.710.320,93	27,86%	27,25%	25,95%	26,23%	26,82%
Benjamin Constant do Sul	6.693.933,50	26,64%	26,62%	27,74%	30,56%	27,89%
Porto Vera Cruz	6.655.175,80	26,24%	27,80%	29,06%	27,65%	27,69%
Cerro Grande	6.654.742,06	31,00%	27,22%	30,16%	29,78%	29,54%
Lajeado do Bugre	6.561.747,88	30,85%	28,74%	29,88%	32,69%	30,54%
Inhacorá	2.506.513,50	34,75%	27,85%	33,45%	29,28%	31,33%
Fazenda Vila Nova	1.384.394,93	25,15%	26,28%	25,55%	25,80%	25,70%

**Fonte:** Elaborada pela autora com base nos dados do TCE/RS.

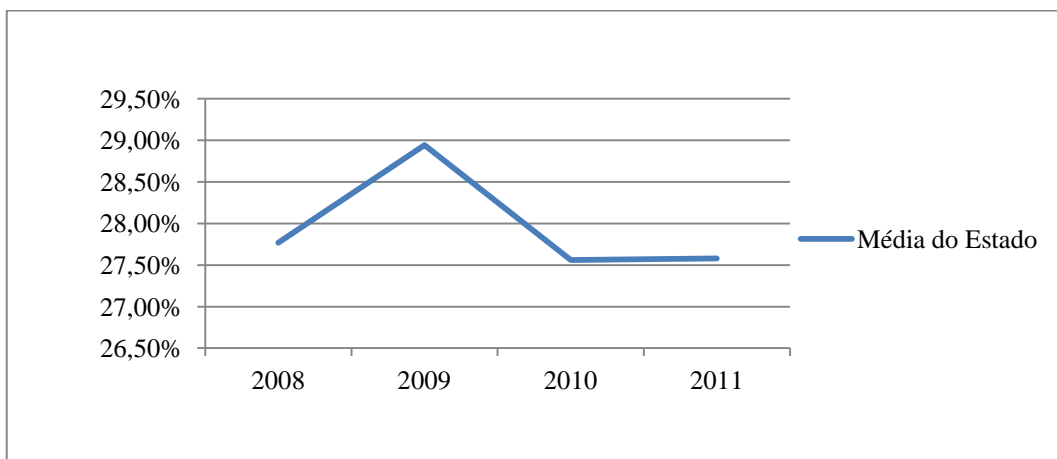
A Tabela 2 corresponde aos 18 municípios com as menores receitas do estado no ano de 2011. Foram analisados 18 municípios no intuito de manter a mesma quantidade de municípios da Tabela 1, ou seja, municípios que possuem as maiores receitas. Para uma visualização dos valores envolvidos, na Figura 2 apresenta-se a evolução dos percentuais gastos em educação de 2008 a 2011.



**Figura 2** - A evolução das despesas com educação nos municípios com menores receitas em 2011.

Fonte: Elaborada pela autora.

É possível observar que o município de Dom Pedro de Alcântara (31,84%) e Itati (31,40%) foram os que aplicaram os maiores percentuais. A média dos municípios com as menores receitas do estado ficou em 28,88% de gastos com educação. Portanto, podemos considerar que os municípios que possuem as menores receitas foram os que investiram em média os maiores percentuais em educação. As metas constitucionais têm sido cumpridas, mas como destaca Franca (2013) é a falta de qualidade do ensino o maior problema que atinge a escola pública brasileira. “A política educacional praticada nas últimas duas décadas possibilitou a expansão do sistema de educação básica, com a universalização do acesso ao ensino fundamental. Apesar dessa expansão, a qualidade do ensino oferecida nas escolas públicas, medida por avaliações de ensino, é extremamente baixa” (FRANCA, 2013, p.12).



**Figura 3** - A evolução dos gastos com educação no estado do RS.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TCE (2012).

Como é possível observar na Figura 3, os riograndenses investiram no período de 2008 a 2011 um percentual médio de 27,96% no período, demonstrando que a maioria dos municípios vem aplicando na educação, índice superior ao exigido pela legislação que determina a aplicação de pelo menos 25% das receitas arrecadadas na educação. A Figura 3 ilustra ainda que esses investimentos tiveram uma ligeira queda nos anos de 2010 e 2011 em relação a 2009 que foi o mais alto do período, chegando ao pico de 28,94%. Em 2008 foram investidos em média (27,77%), em 2010 (27,56%) e em 2011 (27,58%).

No ano de 2008 os municípios que não aplicaram o percentual estabelecido na lei foram Gramado Xavier (24,45%), Alvorada (24,42%), Teutônia (24,19%), Caraã (23,68%), Santana do Livramento (21,86%) e Viamão (20,03%). No ano de 2009 todos os municípios atingiram o percentual mínimo exigido pela lei, sendo este o único ano dentro do período analisado, em que todos os municípios cumpriram suas metas. Já no ano de 2010 os municípios de São Nicolau (24,79%), Alvorada (24,72%), São Francisco de Assis (24,50%), Dois Irmãos (23,13%) e Cidreira (22,59%) não atingiram os percentuais mínimos.

O município de Encruzilhada do Sul, no ano de 2011, foi o único município que não atingindo o percentual mínimo exigido pela lei (16,89%) à receita proveniente dos impostos. Segundo a prefeitura municipal de Encruzilhada do Sul (2012) em nota de esclarecimento, declara que os dados informados pelo TCE estão equivocados e que houve um erro no programa que transmite os dados. De acordo, com o prefeito o percentual correto seria de 26,89% e afirma que nunca investiu um percentual menor do que o estabelecido em lei.

Quando o FNDE detecta que um município aplicou menos do que determina a Constituição, as informações são automaticamente enviadas ao Ministério Público Federal (MPF) que as encaminha a um promotor de justiça do estado. “O governo municipal ou estadual terá a chance de se defender e pode ser aberto um inquérito civil público”, explica o coordenador do Siope. O ente federado também pode ficar impossibilitado de receber recursos de transferências voluntárias do governo federal. Ainda a Constituição determina que, caso a prefeitura não destine um percentual para o ensino, deverá ser decretada a intervenção. “Isso existe na legislação brasileira, mas nunca houve caso de intervenção em nenhum município brasileiro” (DAVIES, 2001c, p. 72).

Para Davies (2012) existe uma fragilidade que é agravada pelo fato de os órgãos responsáveis pela fiscalização (basicamente os Tribunais de Contas) não serem plenamente confiáveis para essa tarefa. Também constatou divergência nas interpretações dos TCs sobre o que consideram despesas legais em educação.

**Tabela 3** - Municípios com maior média investida em educação no período 2008 a 2011

Município	2011		% Gastos com Educação				Média de 2008 a 2011
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008	
Maçambará	12.712.224,85	4.263.065,63	33,54%	36,15%	41,39%	36,95%	37,01%
Rio dos Índios	7.538.608,80	2.664.774,56	35,35%	34,78%	38,70%	35,66%	36,12%
Bento Gonçalves	151.582.159,40	51.140.101,86	33,74%	34,89%	38,65%	35,29%	35,64%
Unistalda	7.511.450,63	2.776.933,59	36,97%	36,49%	38,50%	30,10%	35,52%
Jaquirana	8.713.691,07	2.935.161,13	33,68%	36,46%	34,48%	36,15%	35,19%
Joia	15.218.334,32	5.119.403,14	33,64%	33,52%	36,85%	35,28%	34,82%
Jari	9.869.085,88	3.079.994,06	31,21%	33,39%	41,85%	32,18%	34,66%
Imbé	29.369.751,58	10.266.838,48	34,96%	38,34%	35,04%	29,96%	34,58%
Harmonia	11.155.802,03	3.356.583,05	30,09%	31,76%	45,00%	28,39%	33,81%
Vale Verde	7.649.882,56	2.528.266,97	33,05%	32,27%	37,06%	32,16%	33,64%

**Fonte:** Elaborada pela autora com base nos dados do TCE/RS.

Na Tabela 3 relacionam-se os 10 municípios que possuem os maiores percentuais investidos em educação. Maçambará ficou em primeiro lugar no estado dentro do período analisado, com o percentual de 37,01% dos recursos orçamentários, tendo em conta a média dos valores investidos nos últimos 4 anos. Mas, este percentual vem caindo desde 2009 quando chegou a investir 41,39% dos seus recursos em educação. Rio dos Índios é a cidade que ocupa o segundo lugar com 36,12% de suas receitas revertidas na educação.

De acordo com os dados obtidos, o município de Encruzilhada do Sul aparece na última posição no *ranking* dos municípios gaúchos de investimento nesta área. Entre 2008 e 2011 foram aplicados em média 24,97% da arrecadação em educação. Ainda assim, considerando que os dados do TCE estão equivocados o município de Rio Grande ficaria com a última posição do estado com percentual médio de 25,12%.

## 8. 2 Análise da Saúde

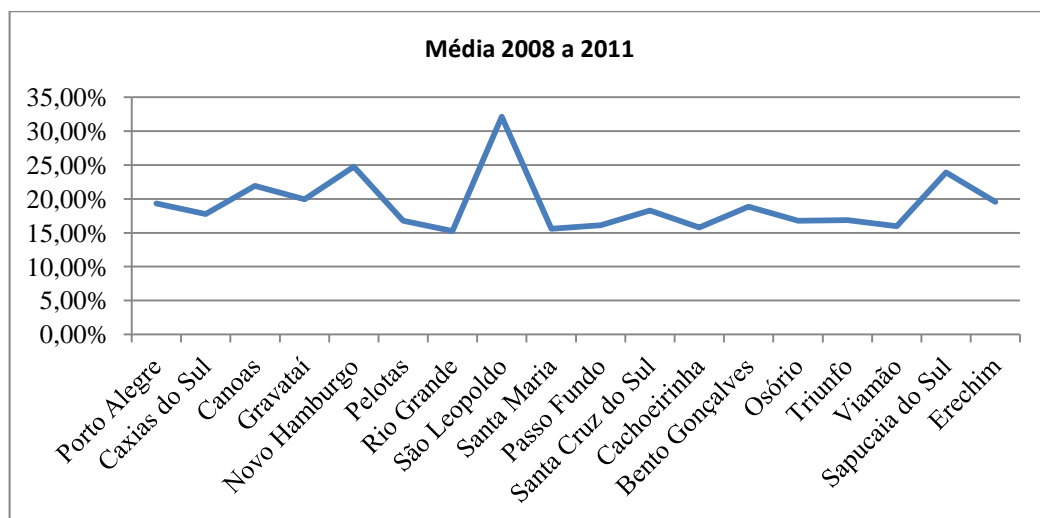
Na Tabela 4 é possível analisar os municípios com receitas superiores a R\$ 100.000.000,00 o percentual gasto com saúde nos anos de 2008 a 2011 e a média investida nos 4 anos.

**Tabela 4** - Municípios com receitas superiores a R\$ 100.000.000,00 em 2011.

Município	Receita	2011	2010	2009	2008	Média
Porto Alegre	2.171.630.360,60	21,03%	19,70%	19,17%	17,35%	19,31%
Caxias do Sul	616.185.801,54	18,69%	18,63%	17,39%	16,32%	17,76%
Canoas	441.113.942,71	21,63%	21,35%	19,61%	25,09%	21,92%
Gravataí	265.806.660,34	21,35%	18,30%	19,29%	20,75%	19,92%
<b>Novo Hamburgo</b>	<b>245.720.545,45</b>	<b>18,42%</b>	<b>22,87%</b>	<b>29,58%</b>	<b>28,24%</b>	<b>24,78%</b>
Pelotas	217.965.108,52	17,69%	15,96%	17,07%	16,44%	16,79%
Rio Grande	214.610.292,92	15,93%	15,04%	15,06%	15,04%	15,27%
<b>São Leopoldo</b>	<b>204.169.513,20</b>	<b>34,32%</b>	<b>31,74%</b>	<b>31,40%</b>	<b>31,04%</b>	<b>32,13%</b>
Santa Maria	203.755.151,67	16,43%	15,04%	15,12%	15,84%	15,61%
Passo Fundo	194.248.605,72	16,51%	15,38%	15,75%	16,81%	16,11%
Santa Cruz do Sul	155.442.295,26	22,01%	19,06%	16,37%	15,76%	18,30%
Cachoeirinha	155.145.588,94	15,55%	15,16%	16,29%	16,17%	15,79%
Bento Gonçalves	151.582.159,40	21,41%	19,13%	18,61%	16,22%	18,84%
Osório	137.849.658,71	17,84%	15,31%	15,57%	18,33%	16,76%
Triunfo	132.585.408,38	18,45%	15,29%	15,75%	17,99%	16,87%
Viamão	127.615.397,52	16,65%	15,56%	16,48%	15,15%	15,96%
Sapucaia do Sul	117.999.357,65	15,33%	34,68%	27,91%	17,76%	23,92%
Erechim	107.005.100,96	18,94%	20,13%	20,70%	18,43%	19,55%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Tabela 4 apresenta-se as variáveis específicas utilizadas para medição do cumprimento da exigência constitucional de aplicação mínima em saúde. Para uma visualização dos valores envolvidos, a Figura 4 apresenta a evolução dos percentuais gastos em saúde nos 4 anos.



**Figura 4** – A evolução das despesas com saúde nos municípios com maiores receitas em 2011.

Fonte: Elaborada pela autora.



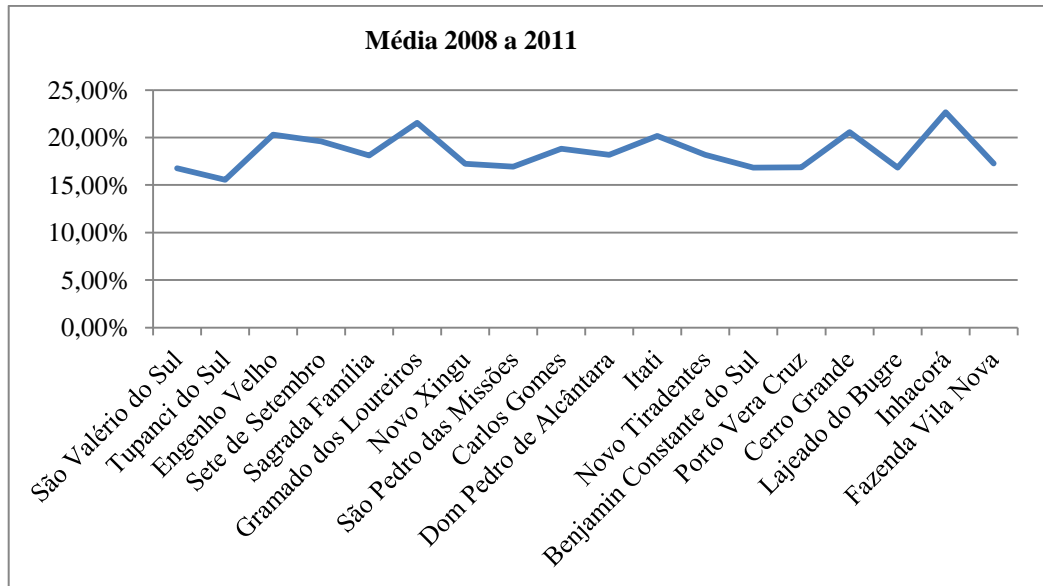
É possível observar que o município de São Leopoldo (32,13%) e Novo Hamburgo (24,78%) foram os que aplicaram os maiores percentuais. A média dos municípios com as maiores receitas do estado ficou em 19,20%. Cabe salientar que o percentual mínimo exigido dos estados é de 12% da arrecadação dos impostos e para os municípios a exigência é de 15% (TCU, 2010). Portanto, o Estado do Rio Grande do Sul está dentro dos padrões exigidos na lei.

**Tabela 5** – Municípios com menores receitas em 2011.

Município	Receita	2011	2010	2009	2008	Média
São Valério do Sul	6.899.653,64	16,61%	16,60%	17,10%	16,78%	16,77%
Tupanci do Sul	6.891.364,11	15,75%	15,33%	15,55%	15,60%	15,56%
Engenho Velho	6.860.525,56	20,37%	20,31%	21,38%	19,13%	20,30%
Sete de Setembro	6.850.119,21	19,10%	19,95%	19,92%	19,41%	19,60%
Sagrada Família	6.835.245,81	16,67%	18,91%	19,10%	17,82%	18,13%
Gramado dos Loureiros	6.827.312,45	19,91%	21,13%	24,80%	20,35%	21,55%
Novo Xingu	6.822.158,02	16,63%	17,66%	16,73%	17,89%	17,23%
São Pedro das Missões	6.775.724,21	15,53%	16,03%	18,01%	18,19%	16,94%
Carlos Gomes	6.760.826,00	18,57%	20,00%	18,55%	18,09%	18,80%
Dom Pedro de Alcântara	6.730.545,03	18,95%	18,19%	18,46%	17,05%	18,16%
Itati	6.727.001,26	18,16%	20,26%	19,63%	22,64%	20,17%
Novo Tiradentes	6.710.320,93	18,15%	19,53%	18,35%	16,70%	18,18%
Benjamin Constant do Sul	6.693.933,50	16,75%	17,86%	16,15%	16,50%	16,82%
Porto Vera Cruz	6.655.175,80	15,32%	17,15%	17,23%	17,70%	16,85%
Cerro Grande	6.654.742,06	17,31%	22,79%	20,78%	21,41%	20,57%
Lajeado do Bugre	6.561.747,88	17,84%	15,88%	16,59%	17,06%	16,84%
Inhacorá	2.506.513,50	29,56%	20,17%	20,45%	20,51%	22,67%
Fazenda Vila Nova	1.384.394,93	16,33%	18,90%	17,53%	16,28%	17,26%

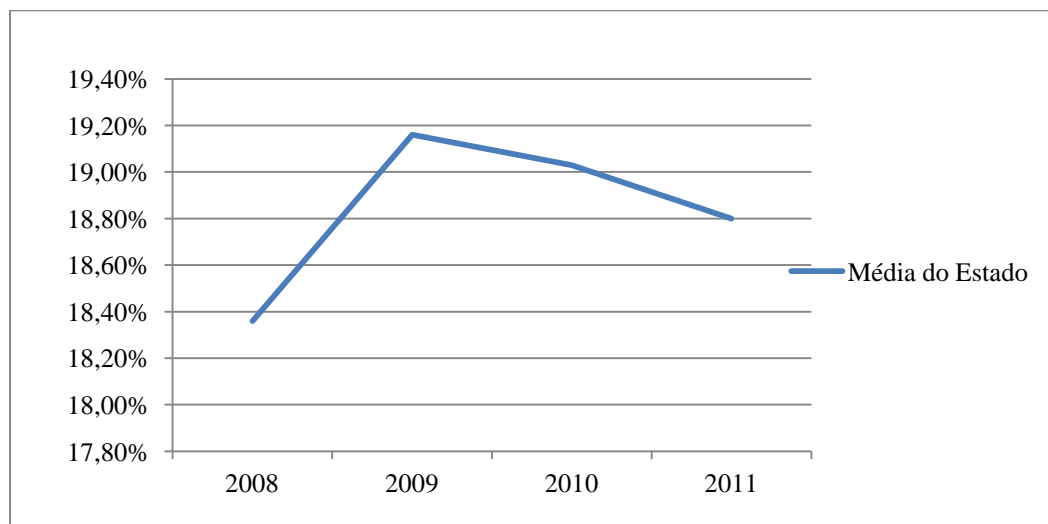
**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do TCE/RS.

A Tabela 5 corresponde aos 18 municípios com as menores receitas do estado no ano de 2011. Foram analisados 18 municípios no intuito de analisar a mesma quantidade de municípios da Tabela 4, ou seja, municípios que possuem as maiores receitas. Para uma visualização dos valores envolvidos. Na Figura 5 apresenta-se a evolução dos percentuais gastos em saúde nos 4 anos.



**Figura 5** - A evolução das despesas com saúde nos municípios com receita superior a R\$100.000,00 em 2011.

É possível observar que o município de Inhacorá 22,67% e Gramado dos Loureiros 21,55% foram os que aplicaram os maiores percentuais. A média dos municípios com as menores receitas do estado foi de 18,47% de gastos com saúde. Portanto, considera-se que os municípios que possuem as maiores receitas foram os que investiram em média os maiores percentuais em saúde.



**Figura 6** – A evolução dos gastos com saúde no estado do RS.

Fonte: Elaborada pela autora.

Como é possível observar na Figura 3, os gaúchos investiram no período de 2008 a 2011 um percentual médio de 18,84% no período, demonstrando que a maioria dos municípios vem aplicando na saúde, índices superiores ao exigido pela legislação que

determina a aplicação de pelo menos 15% das receitas arrecadadas na saúde. A Figura 6 mostra ainda que esses investimentos tiveram uma ligeira queda nos anos de 2010 e 2011 em relação a 2009 que foi o mais alto do período, chegando ao pico de 19,16%. Em 2008 foram investidos em média (18,36%), em 2010 (19,03%) e em 2011 (18,80%).

No ano de 2008 todos os municípios aplicaram o percentual estabelecido na lei. No ano de 2009 apenas, Rio dos Índios (14,96%) não atingiu o percentual mínimo exigido. Já no ano de 2010 os municípios Santana do Livramento (14,12%), Humaitá (14,48%), São Francisco de Assis (14,94%) não atingiram os percentuais mínimos. O município de Bagé, no ano de 2011, foi o único município que não atingindo o percentual mínimo exigido pela lei (14,36%) à receita proveniente dos impostos. Segundo o TCE/RS (2013) o município que deixar de aplicar o mínimo constitucional da Saúde não receberá transferência voluntária da União ou do Estado - Artigo 25 § 1º, inciso IV, alínea “b”.

Conforme pode ser observado na Figura 6, apresentam-se os 10 municípios com as maiores médias investidas na saúde nos de 2008 a 2011.

**Tabela 6** – Os dez municípios com maior média investida em saúde no período 2008 a 2011.

Cidade	2011		% Gastos com Saúde				Média 2008 a 2011
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008	
São Leopoldo	204.169.513,20	69.380.020,40	34,32%	31,74%	31,40%	31,04%	32,13%
Ijuí	70.193.560,25	20.390.181,62	28,61%	31,24%	31,15%	31,92%	30,73%
Panambi	50.528.756,92	16.841.585,96	33,98%	32,30%	28,90%	25,97%	30,29%
Campinas do Sul	10.070.541,67	2.661.808,62	27,04%	29,41%	28,90%	31,99%	29,34%
Salto do Jacuí	17.758.813,71	5.389.766,16	30,36%	28,53%	27,52%	27,18%	28,40%
Tramandaí	46.536.118,58	12.397.342,41	27,02%	30,62%	29,25%	26,21%	28,28%
Estância Velha	43.261.194,32	13.280.902,33	31,19%	29,61%	28,13%	23,70%	28,16%
Cidreira	17.383.829,14	4.279.511,10	25,05%	30,68%	28,32%	26,97%	27,76%
Jaquirana	8.713.691,07	2.196.470,61	25,21%	26,20%	33,65%	24,67%	27,43%
Tapes	19.146.352,16	4.438.480,71	23,64%	24,25%	33,42%	28,12%	27,36%

**Fonte:** Elaboração Própria com base nos dados do TCE/RS.

São Leopoldo ficou em primeiro lugar no estado dentro do período analisado, com o percentual de 32,13% dos recursos orçamentários, tendo em conta a média dos valores investidos nos últimos 4 anos. Ijuí é a cidade que ocupa o segundo lugar com 30,73% de suas receitas revertidas na saúde. Entre 2008 e 2011 foram aplicados em média 18,84% da arrecadação em saúde. Mais uma vez o município de Rio Grande ficou com a última posição do estado com percentual médio de 15,27%.

Esses dados demonstram que existe uma fragilidade na lei uma vez que a exigência constitucional de aplicação do percentual mínimo dos impostos não tem sido suficiente visto que o sistema nacional de educação e saúde possui um padrão de qualidade razoável.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se que o objetivo deste artigo foi atingido, tendo em vista que as informações e considerações apresentadas permitiram conhecer a evolução dos gastos públicos com educação e saúde nos municípios gaúchos no período de 2008 a 2011.

Apresentou-se as receitas e as despesas e o seu percentual de investimento em saúde e educação com vistas a conhecer o grau de cumprimento de tais exigências constitucionais. Foram analisadas informações provenientes do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas a conhecer os valores específicos de receitas e despesas utilizados como parâmetros dos limites. Os resultados da pesquisa permitem concluir que o Estado do Rio Grande do Sul em parte o cumpriu os dois limites constitucionais relativos às aplicações mínimas em educação e saúde em todos os 4 anos de análise.

Porém, não houve total cumprimento das exigências constitucionais de aplicação mínima em Saúde que deveria ser de 15% da receita usada como parâmetro. Tendo em vista que nos anos de 2008 a 2011 alguns municípios aplicaram percentuais inferiores a 15%.

Também, não ocorreu o cumprimento integral da exigência constitucional de aplicação mínima em ensino, pois, em alguns anos foram aplicados valores menores que 25% das receitas adotadas como parâmetro.

Cabe salientar que o município que mais investiu em educação nos 4 anos estudados foi o município de Maçambará (37,01%) e o que menos investiu foi o município de Rio Grande (25,12%) chegando a valores muito próximos do mínimo.

Em relação à saúde o município que mais investiu foi São Leopoldo (32,13%) e mais uma vez o que menos investiu foi Rio Grande (15,25%). No que diz respeito à média do estado, todos os anos estudados atingiram os percentuais mínimos, tanto na saúde, quanto na educação. Lembrando ainda, que em 2009 foi o ano onde os investimentos foram os mais altos do período, chegando ao pico de 28,94% na educação e 19,16% na saúde.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o detalhamento das receitas e das despesas abrangidas em todos os anos analisados, bem como, o acompanhamento contínuo do desempenho fiscal em outros períodos e sugere-se também a inclusão da folha de pagamento como um importante item de despesa do setor público.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudiano, MEDEIROS, Márcio e FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. 2.ed. Brasília: Gestão Pública, 2008.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. 15 ed. Rio de Janeiro: Florence, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)> Acesso em: 01 mai.2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Da Educação, da Cultura e do Desporto**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)> Acesso em: 01 mai.2013.

FUNDEB. **Orientações para acompanhamento das ações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaOlhoVivo/Arquivos/Fundeb.pdf>> Acesso em: 18 mai.2013

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Entendendo o Salário Educação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>> Acesso em: 01 jun.2013.

FRANCA, Maíra Penna. **Perspectiva do investimento público em educação: é possível alcançar 10% do PIB?**. Texto para discussão n°74: março 2013. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/>> Acesso em: 15. Set. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Financiamento do SUS**. Disponível em: <[http://www.saude.al.gov.br/files/pactopelasaude/manuais/cartilha\\_financiamento\\_do\\_SUS\\_a\\_luta.pdf](http://www.saude.al.gov.br/files/pactopelasaude/manuais/cartilha_financiamento_do_SUS_a_luta.pdf)> Acesso em: 01 jul.2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento MTO**. Versão 2013. Brasília, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Orientações para conselheiros de saúde /** Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2010.

BRASIL. **Ministério da saúde**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/index.html>> Acesso em: 20.mai.2013.

BRASIL. **Secretaria de Atenção a Saúde – SAS**. Disponível em:<<http://portal.saude.gov.br/>> Acesso em: 01 jul.2013.

DAVIES, Nicholas. **O Financiamento da Educação Estatal no Brasil: novos ou velhos desafios?**. Disponível em : [http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev\\_edu\\_online.php?strSecao=input0](http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0)> Acesso em: 14 set. 2013.

DAVIES, Nicholas. **Tribunais de contas e educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?** Brasília: Editora Plano, 2001b.

ENCRUZILHADA DO SUL. Prefeitura municipal de Encruzilhada do Sul. **Nota de Esclarecimento à população encruzilhadense**. Encruzilhada do Sul, 2011. Disponível em:<<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/noticias/nota87.html>>. Acesso em: 20 jun.2013.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de Responsabilidade Fiscal guia de orientação para as prefeituras**. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_lrf/guia.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_lrf/guia.pdf)> Acesso em: 20 abr.2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/>. Acesso em 24 mar.2013.

MENDES JUNIOR, Antônio Sérgio da Silva. **Vinculação de receitas orçamentárias e seu impacto nos índices da educação básica**. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2055546.PDF>> Acesso em: 08 set. 2013.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>> Acesso em: 01 jul.2013.

NORONHA. José Carvalho de. O Sistema Único de Saúde – SUS. In: Giovanella, L.(org). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Manual básico aplicação no ensino e as novas regras**. Revisado, Atualizado e Ampliado. São Paulo: TCE/SP, 2012.

SIOPE. **Sistemas de informação sobre orçamentos públicos em educação**. Disponível em:<<https://www.fn-de.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp>> Acesso em: 05 jul.2013.

## ANEXOS

### Anexo A – Receitas e Despesas com Educação Pública no RS - 2008 -11

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Aceguá	12.758.507,88	3.346.936,82	26,23%	26,39%	27,84%	27,01%
Água Santa	10.447.536,45	2.849.803,39	27,28%	27,84%	31,47%	29,79%
Agudo	19.024.790,02	5.446.189,35	28,63%	25,69%	26,94%	26,19%
Ajuricaba	11.682.325,93	3.387.005,73	28,99%	29,35%	30,67%	29,73%
Alecrim	8.554.192,96	2.246.965,00	26,27%	26,01%	26,69%	25,50%
Alegrete	76.237.612,64	21.145.115,66	27,74%	29,32%	30,92%	36,79%
Alegria	7.991.592,04	2.056.682,91	25,74%	25,32%	28,45%	25,29%
Almirante Tamandaré do Sul	8.865.419,14	2.365.553,37	26,68%	26,71%	30,87%	25,56%
Alpestre	11.054.618,69	3.127.603,16	28,29%	25,85%	25,34%	25,28%
Alto Alegre	7.207.385,02	1.884.667,13	26,15%	26,83%	25,35%	27,59%
Alto Feliz	7.872.947,89	2.028.550,48	25,77%	26,57%	32,36%	27,18%
Alvorada	97.295.504,81	25.330.797,54	26,03%	24,72%	25,84%	24,42%
Amaral Ferrador	8.927.728,24	2.882.271,15	32,28%	29,97%	31,20%	27,37%
Ametista do Sul	8.488.069,94	2.144.406,92	25,26%	25,10%	25,30%	26,34%
Andre da Rocha	7.293.700,12	2.092.545,16	28,69%	31,24%	28,96%	27,21%
Anta Gorda	10.760.522,49	4.960.249,12	27,07%	26,98%	27,71%	27,61%
Antonio Prado	18.439.701,76	4.960.249,12	26,90%	28,33%	30,75%	30,69%
Arambaré	10.442.019,01	2.632.642,23	25,21%	25,17%	28,00%	25,24%
Araricá	8.260.580,50	2.444.059,69	29,59%	27,49%	27,70%	31,70%
Aratiba	31.167.026,40	8.509.322,26	27,30%	25,42%	27,21%	28,32%
Arroio do Meio	28.164.058,18	8.502.910,43	30,19%	30,10%	32,34%	32,17%
Arroio do Padre	7.556.270,04	2.244.220,81	29,70%	31,30%	34,82%	35,30%
Arroio do sal	14.936.017,23	3.565.731,73	25,88%	25,73%	25,42%	25,38%
Arroio do Tigre	13.538.428,23	3.522.632,88	26,02%	26,01%	26,23%	26,74%
Arroio dos Ratos	14.850.678,30	4.121.919,30	27,76%	29,94%	29,84%	25,09%
Arroio Grande	26.500.529,21	7.675.440,16	28,96%	29,70%	29,76%	27,41%
Arvorezinha	13.197.134,49	3.481.718,81	26,38%	26,08%	26,90%	26,74%
Augusto Pestana	11.563.776,17	3.242.589,36	28,04%	26,61%	29,28%	28,45%
Áurea	7.945.127,95	2.194.378,79	27,62%	29,09%	31,66%	28,34%
Bagé	94.375.432,68	24.537.793,76	26,00%	26,07%	26,32%	25,57%
Balneário Pinhal	15.507.815,14	3.923.639,87	25,30%	25,24%	25,97%	25,16%
Barão	9.962.716,54	3.052.256,46	30,64%	29,36%	32,59%	30,01%
Barão de Cotegipe	11.304.412,74	2.944.100,56	26,04%	25,86%	25,72%	26,45%
Barão do Triunfo	8.886.313,74	2.396.026,80	26,96%	27,89%	32,50%	32,25%
Barra do Guarita	11.382.834,74	3.318.493,11	29,15%	28,11%	28,25%	27,65%
Barra do Quaraí	11.382.834,74	3.318.493,11	29,15%	18,11%	28,25%	27,65%
Barra do Ribeiro	14.872.628,55	3.969.902,09	26,69%	27,40%	29,97%	28,14%
Barra do Rio Azul	7.693.857,94	2.051.039,64	26,66%	27,88%	30,31%	26,73%

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Barra Funda	7.905.790,03	2.710.520,17	34,29%	32,26%	35,99%	30,26%
Barracão	10.468.162,56	3.165.129,86	30,24%	27,13%	26,18%	27,27%
Barros Cassal	12.199.841,18	3.185.951,05	26,11%	27,13%	25,25%	25,37%
Benjamin Constant do Sul	6.693.933,50	1.783.082,86	26,64%	26,62%	27,74%	30,56%
Bento Gonçalves	151.582.159,40	51.140.101,86	33,74%	34,89%	38,65%	35,29%
Boa Vista das Missões	8.103.034,62	2.187.805,77	27,00%	26,75%	27,73%	26,38%
Boa Vista do Buricá	10.057.229,70	2.524.940,29	25,11%	26,00%	25,89%	25,68%
Boa Vista do Cadeado	11.325.383,69	3.207.655,83	28,32%	27,45%	33,20%	30,69%
Boa Vista do Incra	9.683.381,38	2.982.508,54	30,80%	29,73%	33,36%	27,75%
Boa Vista do Sul	11.214.568,29	3.190.247,34	28,45%	29,02%	30,15%	28,61%
Bom Jesus	17.320.642,87	5.562.591,15	32,12%	33,76%	33,51%	28,60%
Bom Princípio	17.784.661,40	5.006.594,70	28,15%	27,83%	31,31%	28,42%
Bom Progresso	7.586.832,72	1.934.085,40	25,49%	27,59%	27,18%	27,85%
Bom Retiro do Sul	13.592.247,59	3.719.966,59	27,37%	25,92%	25,62%	25,02%
Boqueirão do Leão	9.913.119,86	3.053.453,97	30,80%	29,55%	31,56%	30,88%
Bossoroca	12.401.444,50	3.465.824,60	27,95%	25,95%	26,24%	28,29%
Bozano	8.026.868,79	2.106.607,79	26,24%	25,91%	27,85%	32,12%
Braga	8.097.495,42	2.080.071,24	25,69%	25,31%	25,04%	25,01%
Brochier	8.954.841,76	2.648.825,94	29,58%	25,89%	30,08%	27,26%
Butiá	20.389.490,84	5.359.849,30	26,29%	26,51%	25,50%	25,77%
Caçapava do Sul	34.069.979,48	6.574.434,49	28,10%	27,41%	32,90%	26,02%
Cacequi	17.410.523,86	4.825.208,11	26,21%	27,10%	30,09%	27,18%
Cachoeira do Sul	73.850.152,60	19.038.246,53	25,78%	25,63%	28,13%	28,06%
Cachoeirinha	155.145.588,94	44.906.137,33	28,94%	30,26%	31,12%	28,07%
Cacique Doble	8.183.164,55	2.162.106,05	26,42%	25,62%	26,73%	26,15%
Caibaté	8.551.504,01	2.244.369,88	26,25%	27,59%	27,87%	27,11%
Caçara	8.351.367,73	2.358.240,67	28,24%	27,29%	27,11%	26,33%
Camaquã	60.224.849,27	15.091.063,37	25,06%	25,02%	27,04%	26,54%
Camargo	10.143.532,26	2.575.059,64	25,39%	25,30%	25,56%	26,89%
Cambará do Sul	11.856.446,14	3.841.143,67	32,40%	28,66%	26,57%	26,07%
Campestre da Serra	9.952.328,01	2.541.094,74	25,53%	26,61%	29,54%	30,76%
Campina das Missões	9.006.717,07	2.532.976,09	25,87%	27,17%	27,97%	27,32%
Campinas do Sul	10.070.541,67	2.605.032,21	25,87%	27,17%	27,97%	27,32%
Campo Bom	78.946.921,11	22.594.076,49	28,62%	27,75%	26,96%	30,38%
Campo Novo	9.637.974,62	2.583.386,81	26,80%	26,48%	26,94%	26,47%
Campos Borges	7.760.648,29	1.979.331,49	25,50%	25,18%	27,57%	28,20%
Candelária	26.878.151,46	8.246.367,58	30,68%	30,23%	28,35%	30,56%
Candido Godoi	9.601.335,78	2.547.193,31	26,53%	27,67%	26,81%	25,48%
Candiota	26.825.051,45	7.631.717,42	28,45%	26,71%	26,88%	31,11%
Canela	44.968.536,61	12.181.728,42	27,09%	27,19%	25,61%	25,28%
Canguçu	45.736.947,13	11.707.971,70	25,60%	26,09%	25,81%	26,31%
Canoas	441.113.942,71	113.219.597,18	25,67%	25,35%	28,30%	27,70%
Canudos do Vale	7.549.586,62	2.036.003,58	26,97%	28,84%	29,29%	27,33%
Capão Bonito do Sul	9.072.409,39	2.881.806,60	31,76%	27,81%	30,51%	29,97%



(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Capão da Canoa	60.723.713,49	18.122.327,73	29,84%	26,52%	27,81%	26,54%
Capão do Cipó	10.984.548,32	2.995.030,83	27,27%	28,69%	28,34%	26,84%
Capão do Leão	24.242.461,02	6.636.130,81	27,37%	27,40%	27,02%	25,82%
Capela de Santana	10.668.668,14	2.680.387,20	25,00%	25,11%	25,16%	26,17%
Capitão	10.960.101,71	2.845.955,70	25,12%	26,85%	30,69%	25,03%
Capivari do Sul	10.459.781,13	3.059.177,20	29,25%	29,92%	28,46%	26,91%
Carazinho	58.059.214,93	14.778.261,13	25,45%	25,87%	28,35%	26,92%
Carlos Barbosa	47.883.341,99	13.032.539,54	27,22%	28,46%	28,19%	26,95%
Carlos Gomes	6.760.826,00	1.697.969,52	25,11%	25,18%	29,13%	27,39%
Caraa	7.956.176,93	2.321.344,67	29,18%	32,04%	32,53%	23,68%
Casca	15.134.072,41	4.118.582,95	27,21%	27,55%	27,59%	28,23%
Caseiros	8.302.741,27	2.250.109,34	27,10%	28,90%	29,12%	28,26%
Catuípe	12.872.571,76	3.295.178,92	25,60%	25,07%	25,59%	25,07%
Caxias do Sul	616.185.801,54	157.988.392,88	25,64%	26,47%	28,55%	26,48%
Centenário	7.792.377,67	1.997.526,23	25,63%	26,63%	28,49%	26,33%
Cerrito	8.367.872,22	2.384.987,39	28,50%	29,51%	29,23%	30,33%
Cerro Branco	7.937.370,53	2.147.945,31	27,06%	25,60%	29,34%	27,37%
Cerro Grande	6.654.742,06	2.063.100,09	31,00%	27,22%	30,16%	29,78%
Cerro Grande do Sul	12.206.300,80	3.368.211,59	27,59%	26,22%	26,53%	27,97%
Cerro Largo	16.273.313,99	4.118.926,98	25,31%	25,38%	25,33%	26,00%
Chapada	14.766.238,66	4.133.254,82	27,99%	27,98%	28,86%	26,97%
Charqueadas	49.441.729,99	14.930.652,25	30,20%	27,67%	30,24%	28,01%
Charrua	7.762.242,67	2.201.367,85	28,36%	29,58%	32,38%	27,79%
Chiapetta	10.390.026,11	2.808.174,58	27,03%	30,34%	32,36%	30,86%
Chuí	8.290.160,35	2.310.491,58	27,87%	26,90%	29,23%	27,49%
Chувиска	8.702.306,99	2.412.137,28	27,72%	29,52%	33,99%	27,79%
Cidreira	17.383.829,14	4.855.135,96	27,93%	22,59%	26,27%	25,32%
Ciriaco	9.357.185,88	2.640.962,16	28,22%	29,39%	29,94%	28,84%
Colinas	8.783.323,63	2.342.644,67	26,67%	27,94%	26,08%	25,47%
Colorado	10.339.964,89	3.342.429,86	32,33%	34,02%	35,29%	31,35%
Condor	12.132.404,72	3.066.035,85	25,27%	25,83%	27,50%	27,34%
Constantina	11.525.404,47	2.910.174,80	25,25%	25,71%	26,21%	25,47%
Coqueiro Baixo	7.945.252,16	2.416.577,29	30,42%	28,00%	35,78%	28,57%
Coqueiros do Sul	8.721.118,84	2.345.808,01	26,90%	28,13%	30,79%	28,23%
Coronel Barros	7.837.669,30	2.162.568,12	27,59%	26,82%	29,24%	29,12%
Coronel Bicaco	11.567.573,67	3.542.277,92	30,62%	26,47%	32,46%	28,76%
Coronel Pilar	8.190.616,87	2.099.508,09	25,63%	30,85%	32,79%	27,45%
Cotiporã	9.890.339,87	2.560.043,21	25,88%	26,06%	27,51%	26,52%
Coxilha	9.783.225,32	2.646.258,35	27,05%	30,48%	28,78%	27,01%
Crissiumal	16.592.032,56	4.263.780,25	25,70%	25,43%	25,13%	25,13%
Cristal	10.337.114,23	2.918.280,19	28,23%	28,32%	34,70%	28,87%
Cristal do Sul	6.928.958,14	1.930.029,99	27,85%	29,23%	29,39%	29,44%
Cruz Alta	59.226.470,15	15.298.156,65	25,83%	25,86%	26,45%	25,57%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Cruzaltense	7.628.021,00	1.948.653,81	25,55%	26,60%	31,31%	27,67%
Cruzeiro do Sul	16.271.949,66	4.184.304,02	25,71%	25,86%	25,74%	25,96%
David Canabarro	9.429.042,19	2.917.311,55	30,94%	29,16%	30,40%	29,68%
Derrubadas	8.410.680,26	2.216.251,41	26,35%	25,83%	27,88%	29,08%
Dezesseis de Novembro	7.165.190,14	2.057.933,22	28,72%	29,80%	31,73%	27,34%
Dilermando de Aguiar	9.053.300,02	2.474.926,96	27,34%	27,18%	26,71%	29,54%
Dois Irmãos	33.168.354,07	8.617.712,00	25,98%	23,13%	26,13%	28,13%
Dois Irmãos das Missões	8.263.435,87	2.360.705,38	28,57%	28,72%	29,00%	31,38%
Dois Lajeados	9.279.015,48	2.378.958,07	25,64%	27,20%	26,48%	25,83%
Dom Feliciano	16.518.622,92	4.619.403,21	27,96%	25,33%	28,30%	25,33%
Dom Pedrito	48.779.868,53	15.470.944,20	31,72%	30,00%	30,62%	29,56%
Dom Pedro de Alcântara	6.730.545,03	2.016.155,24	29,96%	31,99%	33,86%	31,56%
Dona Francisca	7.637.210,21	1.949.039,24	25,52%	28,20%	30,70%	25,00%
Doutor Maurício Cardoso	9.802.399,76	2.495.352,45	25,46%	25,30%	26,09%	25,45%
Doutor Ricardo	7.582.049,15	2.107.351,62	27,79%	27,52%	27,91%	28,12%
Eldorado do Sul	45.839.576,30	11.847.185,67	25,84%	25,15%	25,23%	25,81%
Encantado	27.919.221,75	7.607.989,02	27,25%	26,11%	27,80%	26,07%
Encruzilhado do Sul	27.786.907,83	4.692.035,81	16,89%	26,47%	29,67%	26,86%
Engenho Velho	6.860.525,56	1.941.262,32	28,30%	31,82%	32,38%	31,29%
Entre Rios do Sul	10.665.595,98	2.967.900,29	27,83%	27,97%	28,01%	26,38%
Entre-Ijuís	11.467.863,75	3.698.797,62	32,25%	30,47%	34,72%	29,98%
Erebango	8.492.434,50	2.343.975,37	27,60%	27,91%	28,94%	30,07%
Erechim	107.005.100,96	27.994.587,98	26,16%	25,82%	25,61%	26,99%
Ernestina	8.400.767,76	2.601.069,90	30,96%	32,60%	32,42%	30,00%
Erval Grande	8.560.201,45	2.455.292,26	28,68%	28,50%	30,76%	27,01%
Erval Seco	9.672.380,32	2.578.412,89	26,66%	29,01%	28,14%	25,04%
Esmeralda	9.548.826,64	2.644.292,47	27,69%	26,75%	26,19%	25,72%
Esperança do Sul	7.598.693,63	2.035.703,75	26,79%	27,70%	27,77%	27,59%
Espumoso	20.158.897,46	5.244.351,47	25,98%	26,46%	26,53%	27,43%
Estação	10.121.654,51	2.683.884,12	26,52%	26,77%	26,74%	25,99%
Estância Velha	43.261.194,32	12.544.094,18	29,00%	25,62%	25,44%	29,24%
Esteio	97.001.097,16	24.659.842,39	25,42%	27,33%	25,52%	26,58%
Estrela	41.652.257,24	10.478.829,31	25,16%	25,07%	26,18%	25,57%
Estrela Velha	8.587.669,17	2.504.140,77	29,16%	31,85%	29,53%	29,99%
Eugênio de Castro	9.213.405,89	3.176.343,87	34,48%	34,36%	30,13%	30,57%
Fagundes Varela	8.674.369,24	2.210.555,86	25,48%	25,28%	25,65%	28,34%
Farroupilha	85.249.725,61	28.270.408,43	33,16%	32,21%	34,43%	29,32%
Faxinal do Soturno	9.282.699,35	2.335.131,43	25,16%	25,23%	26,49%	25,45%
Faxinalzinho	7.214.223,28	1.972.735,23	27,35%	26,80%	28,81%	25,09%
Fazenda Vila Nova	1.384.394,93	2.611.326,73	25,15%	26,28%	25,55%	25,80%
Feliz	17.837.668,98	4.562.085,63	25,58%	25,23%	26,63%	26,14%
Flores da Cunha	10.145.881,87	11.838.819,69	29,49%	28,92%	29,00%	26,02%
Floriano Peixoto	7.134.337,90	2.256.946,37	31,63%	34,76%	36,78%	28,72%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Fontoura Xavier	11.961.484,26	3.325.500,90	27,80%	28,16%	31,86%	29,34%
Formigueiro	9.951.939,08	2.624.557,41	26,37%	25,88%	25,63%	25,35%
Frederico Westphalen	30.313.102,20	7.821.221,64	25,80%	25,12%	25,26%	25,04%
Forquetinha	7.645.147,82	1.950.938,62	25,52%	25,01%	26,26%	26,45%
Fortaleza dos Valos	11.980.358,74	3.962.102,92	33,07%	32,96%	32,29%	30,61%
Garibaldi	52.732.934,74	14.666.777,08	27,81%	29,12%	28,93%	26,17%
Garruchos	13.531.083,46	4.083.565,06	30,18%	27,42%	32,04%	27,24%
Gaurama	10.493.289,98	2.969.978,41	28,30%	29,02%	31,42%	30,57%
General Camara	8.944.287,76	2.424.237,18	27,10%	28,98%	33,03%	30,11%
Gentil	8.141.416,92	2.428.455,37	29,83%	29,27%	32,53%	33,81%
Getúlio Vargas	19.633.493,06	5.683.516,22	28,95%	29,13%	31,23%	30,75%
Giruá	22.569.895,33	5.841.106,48	25,88%	26,23%	26,10%	26,31%
Glorinha	17.662.161,19	4.753.220,39	26,91%	25,66%	27,50%	29,44%
Gramado	68.587.303,98	17.790.134,94	25,94%	25,40%	25,90%	26,21%
Gramado dos Loureiros	6.827.312,45	1.942.891,71	28,46%	29,24%	29,88%	30,66%
Gramado Xavier	7.482.149,55	2.057.201,44	27,49%	25,80%	26,75%	24,45%
Gravataí	265.806.660,34	69.565.212,85	26,17%	27,15%	30,55%	28,07%
Guabiju	7.273.230,13	1.919.092,34	26,39%	26,17%	29,07%	25,66%
Guaíba	93.264.298,68	25.703.155,48	27,56%	27,92%	29,94%	26,39%
Guaporé	29.483.513,97	7.438.517,73	25,23%	25,23%	25,19%	25,07%
Guarani das Missões	10.307.603,33	2.681.632,21	26,02%	25,36%	25,80%	27,70%
Harmonia	11.155.802,03	3.356.583,05	30,09%	31,76%	45,00%	28,39%
Herval	10.779.389,85	2.755.710,75	25,56%	25,48%	28,69%	28,11%
Herveiras	7.620.785,65	1.970.004,31	25,85%	25,13%	28,61%	26,31%
Horizontina	32.121.629,52	8.119.172,49	25,20%	25,21%	25,24%	25,20%
Hulha Negra	10.103.098,10	2.621.781,69	25,95%	26,04%	27,15%	29,97%
Humaitá	9.541.562,20	2.680.423,17	28,09%	30,85%	32,98%	28,57%
Ibarama	7.987.397,94	2.001.911,57	25,06%	25,26%	32,08%	27,33%
Ibiaçá	10.712.870,16	2.933.737,70	27,39%	26,54%	28,60%	27,33%
Ibiraiaras	11.703.432,70	2.958.324,20	25,28%	25,45%	27,34%	26,17%
Ibirapuitã	8.635.339,40	2.180.993,04	25,26%	25,20%	26,13%	27,66%
Ibirubá	28.611.271,81	7.679.739,25	26,84%	27,53%	25,45%	26,25%
Igrejinha	41.180.594,14	1.244.209,24	30,22%	27,78%	28,48%	26,65%
Ijuí	70.193.560,25	17.610.193,82	25,09%	25,93%	25,32%	25,13%
Ilópolis	8.406.101,24	2.172.273,44	25,84%	26,62%	26,37%	27,66%
Imbé	29.369.751,58	10.266.838,48	34,96%	38,34%	35,04%	29,96%
Imigrantes	10.605.861,42	3.058.762,39	28,84%	30,66%	33,83%	30,52%
Independência	10.753.544,87	2.705.222,78	25,16%	25,06%	27,26%	28,00%
Inhacorá	2.506.513,50	7.212.812,67	34,75%	27,85%	33,45%	29,28%
Ipê	11.257.284,15	3.161.059,78	28,08%	30,05%	32,31%	30,88%
Ipiranga do Sul	8.669.722,65	2.778.684,31	32,05%	33,27%	31,25%	33,71%
Iraí	8.435.992,95	2.199.862,87	26,08%	25,27%	26,53%	25,81%
Itaara	7.950.878,99	2.241.230,16	28,19%	27,90%	27,49%	26,64%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Itacurubi	9.188.678,48	3.040.323,66	33,09%	33,40%	32,59%	32,70%
Itapuca	7.181.210,96	189.441,55	26,37%	28,91%	27,92%	26,27%
Itaqui	46.877.504,87	13.230.232,37	28,22%	27,01%	28,71%	28,08%
Itati	6.727.001,26	1.973.829,74	29,34%	30,66%	34,49%	31,10%
Itatiba do Sul	7.856.561,41	2.375.554,76	30,24%	28,82%	27,69%	27,06%
Ivora	7.108.371,21	2.008.238,63	28,25%	29,15%	30,21%	28,78%
Ivoti	25.995.152,06	9.317.859,05	35,84%	31,58%	31,85%	26,24%
Jaboticaba	7.377.833,08	1.852.544,06	25,11%	25,10%	28,25%	25,90%
Jacuizinho	7.651.032,43	2.029.446,20	26,54%	28,51%	29,42%	29,33%
Jacutinga	8.186.894,20	2.083.710,21	25,45%	27,79%	28,76%	27,21%
Jaguarão	27.335.345,76	6.841.667,70	25,01%	28,49%	30,27%	26,70%
Jaguari	13.820.081,58	4.228.901,45	30,60%	29,80%	32,21%	33,76%
Jaquirana	8.713.691,07	2.935.161,13	33,68%	36,46%	34,48%	36,15%
Jari	9.869.085,88	3.079.994,06	31,21%	33,39%	41,85%	32,18%
Joia	15.218.334,32	5.119.403,14	33,64%	33,52%	36,85%	35,28%
Julio de Castilhos	29.969.402,20	7.547.422,59	25,18%	25,71%	26,56%	27,98%
Lagoa Bonita do Sul	7.053.095,65	1.806.704,96	25,62%	26,43%	26,75%	27,24%
Lagoa dos Três Cantos	8.038.375,94	2.188.364,73	27,22%	27,29%	28,33%	25,96%
Lagoa Vermelha	33.545.900,13	9.362.637,61	27,91%	26,47%	27,70%	27,60%
Lagoão	7.791.766,03	2.029.452,15	26,05%	25,61%	27,31%	26,29%
Lajeado	88.558.419,35	24.546.658,25	27,72%	30,66%	32,96%	30,18%
Lajeado do Bugre	6.561.747,88	2.024.417,14	30,85%	28,74%	29,88%	32,69%
Lavras do Sul	13.620.622,63	3.940.079,91	28,93%	25,94%	26,13%	25,28%
Liberato Salzano	8.301.265,50	2.339.464,92	28,18%	25,79%	28,30%	28,44%
Lindolfo Collor	8.402.572,96	2.594.670,66	30,88%	26,59%	30,21%	33,29%
linha Nova	6.931.824,72	1.932.445,99	27,88%	27,39%	33,25%	30,06%
Maçambará	12.712.224,85	4.263.065,63	33,54%	36,15%	41,39%	36,95%
Machadinho	8.941.646,27	2.561.811,04	28,65%	28,70%	27,93%	27,83%
Mampituba	6.918.414,08	1.809.353,05	26,15%	28,39%	31,50%	30,36%
Manoel Viana	11.753.313,32	3.232.026,49	27,50%	26,42%	27,03%	25,93%
Maquiné	9.648.934,81	3.217.783,57	33,35%	29,17%	32,48%	28,24%
Maratá	9.246.493,68	2.438.350,54	26,37%	27,52%	27,12%	26,43%
Marau	56.823.355,48	14.655.450,98	25,79%	25,40%	25,87%	25,67%
Marcelino Ramos	8.932.765,19	2.427.219,71	27,17%	26,93%	28,27%	28,12%
Mariana Pimentel	8.360.010,52	2.358.051,88	28,21%	26,73%	25,34%	28,74%
Mariano Moro	7.397.396,06	2.059.996,14	27,85%	28,27%	30,35%	28,77%
Marquês de Souza	9.928.555,68	2.546.841,16	25,65%	25,42%	26,22%	25,97%
Mata	8.318.361,32	2.215.183,56	26,63%	26,83%	28,13%	26,57%
Mato Castelhano	8.557.325,00	2.360.746,18	27,59%	28,90%	28,57%	25,55%
Mato Leitão	9.793.505,83	2.491.670,46	25,44%	25,38%	25,21%	25,78%
Mato Queimado	7.009.275,50	1.910.433,26	27,26%	29,53%	27,39%	26,33%
Maximiliano de Almeida	8.087.350,41	2.589.982,28	32,03%	30,95%	29,10%	28,02%
Minas do Leão	12.499.237,14	3.505.646,34	28,03%	25,51%	27,55%	27,19%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Miraguaí	7.472.257,62	1.879.875,89	25,16%	25,07%	25,88%	30,95%
Montauri	8.234.580,06	2.059.586,29	25,01%	26,16%	25,61%	25,49%
Monte Alegre dos Campos	8.140.876,34	2.416.838,79	29,69%	30,78%	34,50%	30,70%
Monte belo do Sul	9.076.572,24	2.959.407,01	32,60%	31,47%	39,99%	29,56%
Montenegro	74.930.006,29	21.434.093,40	28,61%	30,07%	31,88%	31,67%
Mormaço	7.743.798,66	1.957.885,34	25,28%	25,46%	28,47%	28,65%
Morrinhos do Sul	7.276.347,19	2.270.670,62	31,21%	27,46%	32,45%	32,45%
Morro Redondo	8.986.625,10	2.312.390,12	25,73%	26,29%	26,79%	29,36%
Morro Reuter	9.673.305,08	2.956.246,72	30,56%	29,34%	35,74%	28,19%
Mostardas	18.448.179,64	4.981.407,68	27,00%	25,15%	27,07%	26,21%
Muçum	8.803.523,21	2.591.723,66	29,44%	29,71%	28,64%	29,28%
Muitos Capões	12.748.697,79	3.450.478,74	27,07%	25,61%	28,78%	25,10%
Muliterno	7.089.224,11	1.889.917,25	26,66%	31,11%	31,39%	27,45%
Não-me-toque	27.102.696,72	7.234.825,80	26,69%	25,53%	28,00%	25,16%
Nicolau Vergueiro	8.065.251,18	2.138.365,52	26,51%	27,17%	27,54%	26,91%
Nonoai	14.403.772,02	3.681.843,91	25,56%	25,40%	25,59%	25,52%
Nova Alvorada	10.490.598,95	2.879.901,33	27,45%	27,47%	26,67%	25,66%
Nova Araça	11.628.312,20	3.422.981,60	29,44%	28,95%	27,70%	25,64%
Nova Bassano	18.743.359,15	4.814.172,85	25,68%	26,77%	26,71%	25,54%
Nova Boa Vista	7.576.418,31	2.170.028,27	28,64%	29,16%	27,42%	26,45%
Nova Brésia	11.463.606,84	2.996.329,03	26,14%	26,19%	30,97%	26,85%
Nova Candelária	8.952.863,21	2.524.039,38	28,19%	30,31%	32,87%	28,78%
Nova Esperança do Sul	8.184.692,05	2.481.053,69	30,31%	29,88%	32,36%	36,15%
Nova Hartz	22.421.476,61	5.956.035,05	26,56%	26,33%	29,64%	28,53%
Nova Pádua	8.763.941,04	2.291.587,31	26,15%	26,63%	28,35%	28,44%
Nova Palma	11.539.003,03	3.132.728,38	27,15%	26,37%	28,35%	26,03%
Nova Patra	35.769.924,18	10.829.678,20	30,28%	33,45%	33,94%	29,49%
Nova Petrópolis	26.623.670,51	7.202.467,83	26,07%	25,10%	29,53%	30,18%
Nova Ramada	12.465.584,29	2.207.055,67	25,75%	27,29%	27,56%	26,81%
Nova Roma do Sul	12.465.584,29	3.195.491,55	25,63%	26,77%	27,13%	25,28%
Nova Santa Rita	27.736.994,44	6.945.875,00	25,04%	25,00%	25,49%	26,26%
Novo Barreiro	7.626.254,21	2.306.355,05	30,24%	27,16%	27,25%	26,51%
Novo Cabrais	8.675.529,70	2.394.229,62	27,60%	26,61%	27,26%	29,96%
Novo Hamburgo	245.720.545,45	62.273.024,10	25,34%	25,67%	25,23%	25,61%
Novo Machado	8.685.939,25	2.239.178,98	25,78%	27,39%	29,05%	26,45%
Novo Tiradentes	6.710.320,93	1.869.568,21	27,86%	27,25%	25,95%	26,23%
Novo Xingu	6.822.158,02	1.984.459,56	29,09%	29,29%	27,68%	28,00%
Osório	137.849.658,71	44.188.293,10	32,06%	29,89%	30,11%	30,25%
Paim Filho	8.097.972,90	2.081.467,11	25,70%	25,58%	27,48%	25,26%
Palmeiras das Missões	39.233.298,13	10.509.447,51	26,79%	26,59%	27,44%	26,43%
Palmares do Sul	18.390.348,31	4.625.229,82	25,15%	25,21%	25,33%	25,27%
Palmitinho	9.320.211,26	2.383.754,66	25,58%	25,50%	27,88%	26,59%
Panambi	50.528.756,92	13.289.368,53	26,30%	25,28%	25,42%	25,30%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Pantano Grande	12.873.488,35	3.361.029,87	26,11%	25,01%	25,56%	28,63%
Paraí	12.824.041,66	3.507.409,26	27,35%	25,40%	25,52%	25,33%
Paraíso do Sul	9.829.709,44	3.095.930,04	31,50%	29,04%	28,15%	26,25%
Pareci Novo	9.894.270,99	2.637.965,25	26,66%	26,10%	26,68%	26,49%
Parobé	39.235.545,42	9.882.810,42	25,19%	25,01%	29,66%	25,40%
Passa Sete	8.440.582,26	2.111.844,78	25,02%	25,11%	26,23%	25,85%
Passo do Sobrado	9.255.347,98	2.373.075,46	25,64%	25,05%	28,10%	25,56%
Passo Fundo	194.248.605,72	62.209.322,54	32,04%	32,54%	32,86%	29,35%
Paulo Bento	7.841.648,03	2.087.510,45	26,62%	25,06%	27,29%	27,80%
Paverama	9.666.600,40	2.552.836,37	26,41%	25,48%	25,56%	25,25%
Pedras Altas	9.158.224,95	2.836.178,37	30,97%	31,28%	30,80%	29,83%
Pedro Osório	9.170.186,63	2.467.266,94	26,91%	27,91%	28,11%	27,29%
Pejuçara	11.188.114,08	3.543.354,90	31,67%	31,43%	30,93%	30,81%
Pelotas	217.965.108,52	59.622.854,54	27,35%	25,39%	25,74%	26,42%
Picada Café	13.926.028,66	4.113.854,77	29,54%	33,56%	33,76%	32,38%
Pinhal	7.368.406,31	2.029.214,62	27,54%	25,32%	27,73%	25,80%
Pinhal da Serra	15.824.200,32	4.906.176,20	31,00%	33,19%	32,72%	29,02%
Pinhal Grande	12.554.653,30	3.385.447,28	26,97%	29,11%	30,34%	26,90%
Pinheirinho do Vale	8.572.573,09	2.386.806,26	27,84%	26,59%	30,28%	30,36%
Pinheiro Machado	18.055.330,13	5.592.527,60	30,97%	30,85%	32,59%	28,25%
Pirapó	7.282.473,58	2.080.409,46	28,57%	32,05%	30,05%	27,01%
Piratini	23.430.147,92	6.540.400,15	27,91%	27,75%	35,09%	31,42%
Planalto	11.676.901,66	2.940.783,07	25,18%	25,05%	26,06%	26,13%
Poço das Antas	8.046.779,84	2.292.389,11	28,49%	25,99%	33,76%	27,96%
Pontão	36.964.967,37	9.831.315,69	26,60%	26,87%	29,28%	27,04%
Ponte Preta	7.401.634,96	1.906.468,27	24,75%	25,36%	27,07%	26,63%
Portão	36.964.967,37	9.831.315,69	26,60%	26,87%	29,28%	27,04%
Porto Alegre	2.171.630.360,60	584.142.330,80	26,80%	27,10%	27,72%	25,33%
Porto Lucena	8.074.884,63	2.221.339,00	27,51%	27,98%	31,48%	29,75%
Porto Mauá	7.171.185,25	1.832.690,11	25,56%	25,72%	25,61%	25,07%
Porto Vera Cruz	6.655.175,80	1.746.109,10	26,24%	27,80%	29,06%	27,65%
Porto Xavier	12.267.291,58	3.234.653,81	26,37%	25,42%	27,25%	26,41%
Pouso Novo	8.009.944,33	2.175.655,35	27,16%	25,61%	32,07%	27,82%
Presidente lucena	7.400.219,03	2.016.718,81	27,25%	29,03%	30,90%	28,83%
Progresso	9.813.167,95	2.495.281,45	25,43%	25,05%	25,09%	25,12%
Protásio Alves	8.124.570,73	2.139.913,57	26,34%	27,67%	28,22%	29,50%
Putinga	8.941.783,98	2.495.424,32	27,91%	27,53%	28,12%	26,86%
Quaraí	23.086.224,37	7.457.583,92	32,30%	28,82%	29,21%	28,82%
Quatro Irmãos	7.717.249,93	2.289.790,80	29,67%	28,19%	27,52%	26,85%
Quevedos	8.442.711,42	2.592.990,01	30,71%	32,14%	35,04%	32,30%
Quinze de Novembro	9.877.479,21	2.608.093,03	26,40%	29,15%	29,90%	28,99%
Redentora	10.562.718,82	2.951.684,98	27,94%	29,57%	29,79%	28,12%
Relvado	8.498.461,07	2.233.608,22	26,28%	25,87%	25,20%	26,23%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Restinga Seca	19.229.487,06	4.838.787,47	25,16%	25,57%	27,17%	26,88%
Rio dos Índios	7.538.608,80	2.664.774,56	35,35%	34,78%	38,70%	35,66%
Rio Grande	214.610.292,92	53.969.786,77	25,15%	25,14%	25,09%	25,09%
Rio Pardo	36.150.287,33	10.017.977,71	27,71%	28,94%	34,46%	27,38%
Riozinho	9.198.003,69	2.133.410,23	26,02%	25,27%	25,39%	26,35%
Roca Sales	15.439.965,60	4.010.126,45	25,98%	26,80%	28,62%	26,35%
Rodeio Bonito	8.633.869,52	2.181.969,52	25,27%	26,11%	27,12%	26,83%
Rolador	7.655.408,98	2.066.512,55	26,99%	27,81%	29,86%	28,18%
Rolante	19.606.867,05	5.744.775,70	29,30%	27,59%	31,14%	27,67%
Ronda Alta	14.063.597,22	4.551.746,89	32,37%	32,83%	28,39%	26,87%
Rondinha	9.594.873,08	2.773.314,37	28,90%	28,05%	32,95%	28,11%
Roque Gonzales	10.661.014,60	2.727.844,00	25,59%	25,12%	26,02%	25,21%
Rosário do Sul	39.895.834,82	9.977.790,25	25,01%	25,76%	26,61%	26,53%
Sagrada Família	6.835.245,81	1.730.648,54	25,32%	25,10%	25,78%	25,46%
Saldanha Marinho	9.935.037,12	2.829.524,33	29,68%	31,01%	31,08%	31,17%
Salto do Jacuí	17.758.813,71	4.781.213,08	26,92%	26,00%	26,81%	31,62%
Salvador das Missões	9.063.152,63	2.641.981,76	29,15%	27,39%	29,26%	27,65%
Salvador do Sul	13.551.908,24	4.341.521,12	32,04%	30,23%	31,54%	31,67%
Sananduva	21.717.060,36	5.739.330,85	26,43%	25,99%	26,90%	28,51%
Santa Barbara do Sul	17.561.219,00	4.549.738,94	25,91%	26,28%	25,57%	26,29%
Santa Cecília do Sul	7.931.777,01	2.023.120,06	25,51%	25,25%	28,15%	27,18%
Santa Clara do Sul	10.072.438,86	2.853.606,89	28,33%	25,96%	30,21%	26,06%
Santa Cruz do Sul	155.442.295,26	39.875.419,52	25,65%	25,07%	25,76%	25,29%
Santa Margarida do Sul	9.826.783,26	3.053.908,89	31,08%	28,96%	32,53%	25,86%
Santa Maria	203.755.151,67	56.710.658,53	27,83%	26,78%	27,41%	26,65%
Santa Maria do Herval	9.142.791,53	2.549.086,96	27,88%	28,75%	30,67%	29,09%
Santa Rosa	71.276.152,68	18.120.329,02	25,42%	25,48%	25,16%	25,07%
Santa Tereza	7.259.141,07	2.039.323,79	28,09%	27,31%	27,38%	25,35%
Santa Vitória do Palmar	41.397.036,03	11.634.938,06	28,11%	26,87%	30,17%	29,95%
Santana da Boa Vista	10.755.053,65	2.856.587,20	26,56%	25,06%	28,08%	27,76%
Santana do Livramento	65.010.578,18	17.217.752,07	26,48%	28,97%	27,25%	21,86%
Santiago	43.339.831,78	11.817.302,98	27,27%	27,13%	29,77%	26,47%
Santo Ângelo	65.531.908,28	16.437.917,78	25,08%	25,21%	25,83%	25,14%
Santo Antônio da Patrulha	41.467.837,15	11.003.501,86	26,54%	27,14%	26,90%	27,00%
Santo Antônio das Missões	15.495.543,05	4.577.548,17	29,54%	27,14%	29,53%	34,11%
Santo Antônio da Palma	8.890.932,89	2.576.043,85	28,97%	26,70%	26,12%	26,69%
Santo Antônio do Planalto	8.774.788,64	2.616.526,77	29,82%	29,68%	28,99%	32,65%
Santo Augusto	18.129.865,55	4.639.965,79	25,59%	27,03%	28,12%	25,07%
Santo Cristo	17.636.945,67	5.179.900,23	29,37%	30,90%	34,59%	27,47%
Santo Expedito do Sul	7.505.908,05	2.223.388,33	29,62%	30,98%	33,90%	34,27%
São Borja	62.548.770,92	17.109.086,81	27,35%	28,32%	28,79%	27,21%
São Domingo do Sul	7.900.516,90	2.042.339,71	25,85%	26,21%	25,98%	26,38%
São Francisco de Assis	22.671.116,87	5.688.588,10	25,09%	24,50%	25,10%	25,87%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
São Francisco de Paula	27.092.318,15	8.125.268,04	29,99%	29,62%	31,03%	29,51%
São Gabriel	55.649.250,00	15.067.385,14	27,08%	27,50%	29,87%	25,41%
São Jerônimo	21.599.123,34	5.403.454,28	25,02%	27,39%	28,31%	29,71%
São João da Urtiga	8.790.545,43	2.730.981,04	31,07%	28,58%	26,53%	30,94%
São João do Polesine	7.553.180,55	2.037.916,41	26,98%	28,86%	27,42%	26,89%
São Jorge	8.144.665,38	2.320.812,10	28,49%	26,66%	27,91%	27,45%
São José das Missões	7.069.738,72	1.953.193,04	27,63%	29,02%	28,46%	25,67%
São José do Herval	7.698.040,67	2.064.029,81	26,81%	25,77%	25,34%	26,27%
São José do Hortêncio	8.610.248,59	2.314.617,52	26,88%	27,86%	25,96%	29,30%
São José do Inhacorá	7.157.114,65	2.005.231,57	28,02%	28,59%	32,82%	28,95%
São José do Norte	23.205.673,73	6.091.276,20	26,25%	25,04%	25,11%	26,32%
São José do Ouro	10.763.842,93	2.788.865,41	25,91%	27,47%	28,27%	28,57%
São José do Sul	8.462.696,82	2.643.288,03	31,23%	29,75%	33,33%	28,26%
São José dos Ausentes	9.124.304,07	2.462.026,00	26,98%	27,61%	30,70%	29,52%
São Leopoldo	204.169.513,20	52.119.901,47	25,53%	25,39%	25,04%	26,02%
São Lourenço do Sul	38.919.602,95	10.811.170,29	27,78%	26,00%	26,68%	28,25%
São Luiz Gonzaga	33.372.729,27	8.422.923,60	25,24%	25,19%	25,06%	25,78%
São Marcos	27.040.699,89	7.804.964,72	28,86%	25,85%	29,56%	26,77%
São Martinho	9.708.221,78	2.615.108,64	26,94%	25,44%	25,43%	25,45%
São Martinho da Serra	8.870.413,03	2.812.813,74	31,71%	32,19%	34,51%	31,95%
São Miguel das Missões	13.643.274,63	3.527.917,74	25,86%	25,84%	29,26%	26,64%
São Nicolau	8.514.424,63	2.240.566,42	26,31%	24,79%	26,53%	27,61%
São Paulo das Missões	8.598.533,29	2.172.672,03	25,27%	26,55%	26,96%	25,28%
São Pedro da Serra	9.268.903,91	2.345.729,98	25,31%	25,83%	29,12%	25,82%
São Pedro das Missões	6.775.724,21	2.145.872,86	31,67%	32,76%	31,76%	29,05%
São Pedro do Butiá	8.473.012,65	2.449.175,19	28,91%	28,95%	28,47%	27,68%
São Pedro do Sul	17.241.824,01	4.360.566,15	25,29%	25,26%	27,35%	25,14%
São Sebastião do Caf	26.073.115,13	6.651.546,59	25,51%	26,55%	29,62%	25,66%
São Sepé	29.000.963,67	9.441.523,82	32,56%	31,86%	32,43%	30,67%
São Valentim	7.887.844,80	2.306.493,06	29,24%	27,36%	29,23%	27,65%
São Valentim do Sul	8.424.845,74	2.219.212,35	26,34%	27,68%	29,79%	25,78%
São Valério do Sul	6.899.653,64	1.858.239,72	26,93%	27,79%	30,04%	29,37%
São Vendelino	8.358.201,58	2.646.224,38	31,66%	30,54%	30,42%	27,97%
São Vicente do Sul	11.502.437,58	3.338.158,81	29,02%	30,60%	30,57%	33,55%
Sapiranga	63.153.933,89	1.615.293,52	25,58%	25,03%	26,68%	26,71%
Sapucaia do Sul	117.999.357,65	29.518.193,32	25,02%	26,35%	25,67%	25,33%
Sarandi	25.045.764,46	6.421.247,18	25,64%	25,03%	25,05%	25,18%
Seberi	13.143.060,44	3.412.148,07	25,96%	25,42%	27,70%	27,80%
Sede Nova	8.128.470,97	2.100.110,50	25,84%	25,92%	27,34%	26,95%
Segredo	8.668.899,40	2.322.827,09	26,79%	25,66%	27,45%	25,82%
Selbach	10.383.176,11	2.738.527,27	26,37%	28,12%	28,45%	25,46%
Senador Salgado Filho	8.155.198,56	2.143.198,07	26,28%	27,71%	31,14%	31,48%
Sentinela do Sul	8.678.933,00	2.538.104,33	29,24%	27,89%	32,74%	28,12%



(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Serafina Correa	24.437.175,66	6.523.768,21	26,70%	25,94%	28,97%	27,64%
Sério	7.640.591,25	2.344.950,71	30,69%	29,86%	25,54%	25,30%
Sertão	11.312.289,40	3.309.778,18	29,26%	28,93%	32,11%	29,60%
Sertão Santana	9.420.233,41	2.424.812,16	25,74%	25,24%	25,95%	26,00%
Sete de Setembro	6.850.119,21	1.820.263,21	26,57%	27,63%	27,74%	26,14%
Severiano de Almeida	9.045.207,34	2.368.401,43	26,18%	27,41%	30,39%	25,58%
Silveira Martins	7.181.878,37	1.943.871,36	27,07%	28,67%	29,52%	27,17%
Sinimbu	10.906.245,54	2.913.654,00	26,72%	26,64%	29,75%	27,21%
Sobradinho	15.824.443,86	3.963.560,50	25,05%	25,05%	25,49%	25,48%
Soledade	29.255.644,62	7.595.863,08	25,96%	25,26%	26,74%	26,26%
Tabaí	8.505.824,75	2.133.501,47	25,08%	27,50%	26,85%	27,14%
Tapejara	27.878.072,57	7.172.972,42	25,73%	25,29%	26,23%	30,81%
Tapera	15.088.784,65	3.942.637,08	26,13%	27,41%	27,24%	25,92%
Tapes	19.146.352,16	5.058.317,88	26,42%	25,15%	28,92%	26,94%
Taquara	46.531.699,58	12.785.136,93	27,48%	27,37%	26,88%	25,42%
Taquari	26.342.783,56	7.034.426,72	26,70%	26,06%	28,80%	28,39%
Taquaruçu do Sul	7.912.331,04	2.256.879,44	28,52%	26,91%	31,08%	28,96%
Tavares	9.033.662,62	2.398.396,99	26,55%	27,43%	30,15%	27,60%
Tenente Portela	15.604.198,14	3.930.359,96	25,19%	25,02%	25,24%	29,65%
Terra de Areia	9.931.025,32	3.220.673,77	32,43%	27,97%	32,40%	31,79%
Teutônia	36.747.234,61	9.512.249,82	25,86%	25,81%	27,17%	24,19%
Tio Hugo	8.236.664,73	2.074.133,17	25,18%	27,03%	26,59%	27,45%
Tiradentes do Sul	8.411.144,04	2.155.099,30	25,62%	30,44%	30,83%	29,26%
Toropi	7.208.183,87	1.983.320,62	27,51%	26,76%	27,44%	27,90%
Torres	50.291.519,03	12.617.642,95	25,09%	25,10%	27,60%	27,64%
Tramandaí	46.536.118,58	13.986.619,38	30,06%	25,68%	31,21%	27,55%
Travesseiro	8.670.230,92	2.468.385,31	28,47%	27,62%	29,57%	31,63%
Três Arroios	8.760.502,61	2.397.756,33	27,37%	27,62%	28,03%	27,06%
Três Cachoeiras	12.663.475,14	3.741.597,94	29,55%	29,07%	28,61%	28,15%
Três Coroas	30.473.358,49	7.840.513,18	25,73%	26,47%	26,81%	26,62%
Três de Maio	24.772.466,41	6.513.963,77	26,30%	25,41%	26,78%	26,74%
Três Forquilhas	7.097.619,39	2.025.685,85	28,54%	26,61%	30,83%	27,69%
Três Palmeiras	8.134.293,33	2.124.322,12	26,12%	25,00%	28,65%	26,98%
Três Passos	27.085.245,46	6.953.114,86	25,67%	25,09%	29,06%	26,25%
Trindade do Sul	8.432.829,45	2.185.965,06	25,92%	26,69%	25,50%	25,86%
Triunfo	132.585.408,38	43.832.770,68	33,06%	31,30%	34,68%	31,34%
Tucunduva	9.790.863,61	2.639.803,40	26,96%	27,12%	27,29%	26,25%
Tunas	7.267.319,79	1.978.768,16	27,23%	26,94%	29,30%	32,11%
Tupanci do Sul	6.891.364,11	1.754.602,73	25,49%	27,79%	31,35%	30,15%
Tupanciretã	33.490.276,45	10.620.171,94	31,71%	31,11%	35,24%	35,79%
Tupandi	15.153.432,48	4.295.403,84	28,35%	25,37%	28,66%	28,57%
Tuparendi	11.213.515,52	2.969.030,52	26,48%	25,30%	26,73%	25,01%
Turuçu	7.896.722,70	2.089.417,68	26,46%	26,24%	26,17%	27,49%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% Investimento com Educação			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Ubiretama	7.169.635,98	1.847.745,76	25,77%	28,06%	28,59%	28,27%
União da Serra	8.311.813,61	2.109.578,63	25,38%	25,93%	26,43%	25,10%
Unistalda	7.511.450,63	2.776.933,59	36,97%	36,49%	38,50%	30,10%
Uruguaiana	98.312.278,86	24.874.912,12	25,30%	26,08%	25,53%	28,10%
Vacaria	65.020.688,73	16.742.257,30	25,75%	25,54%	26,67%	25,39%
Vale do Sol	14.159.387,66	3.692.217,08	26,08%	25,42%	25,78%	25,01%
Vale Real	8.323.757,38	2.432.272,47	29,22%	30,94%	31,57%	27,76%
Vale Verde	7.649.882,56	2.528.266,97	33,05%	32,27%	37,06%	32,16%
Vanini	8.050.852,46	2.353.005,02	29,23%	28,35%	29,29%	28,33%
Venâncio Aires	62.884.870,86	16.163.539,67	25,70%	25,19%	26,88%	25,47%
Vera Cruz	24.085.058,76	6.531.653,96	27,12%	25,64%	27,85%	28,32%
Veranópolis	35.168.628,67	6.152.287,58	26,02%	28,56%	26,37%	27,28%
Vespasiano Correa	8.299.619,64	2.090.039,91	25,18%	25,56%	25,65%	26,38%
Viadutos	9.066.724,54	2.384.630,07	26,30%	29,85%	26,44%	27,23%
Viamão	127.615.397,52	35.107.072,60	27,51%	25,39%	30,47%	20,03%
Vicente Dutra	7.623.879,83	2.108.099,92	27,65%	27,66%	29,32%	26,65%
Victor Groeff	9.641.337,60	2.545.325,66	26,40%	30,12%	29,40%	28,53%
Vila Flores	10.258.403,13	2.650.327,09	25,84%	25,66%	25,96%	25,69%
Vila Lângaro	8.484.376,99	2.243.528,42	26,44%	27,10%	28,43%	26,00%
Vila Maria	11.680.051,53	3.245.890,90	27,79%	27,14%	27,90%	28,04%
Vila Nova o Sul	8.375.989,41	2.189.258,10	26,14%	26,98%	27,48%	28,90%
Vista Alegre	7.942.464,92	2.178.666,07	27,43%	27,70%	28,99%	25,78%
Vista Alegre do Prata	9.155.267,06	2.331.826,66	25,47%	25,76%	29,03%	26,22%
Vista Gaúcha	8.120.794,24	2.210.156,77	27,22%	26,79%	28,10%	28,13%
Vitória das Missões	7.513.751,32	1.915.183,30	25,49%	25,84%	29,45%	25,34%
Westfália	11.845.824,64	2.990.185,46	25,24%	25,80%	31,41%	28,66%
Xangrilá	39.697.958,43	10.574.176,55	26,64%	26,32%	29,80%	27,25%

**Fonte:** Tribunal de Contas do Estado do RS (TCE-RS).h

**Anexo B - Receitas e Despesas com Saúde Pública no RS — 2008 -11.**

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Acegua	12.758.507,88	2.076.577,70	16,57%	17,29%	27,87%	16,60%
Agua Santa	10.447.536,45	1.591.703,37	15,56%	16,16%	15,94%	18,94%
Agudo	19.024.790,02	3.223.396,12	17,28%	16,44%	16,26%	16,98%
Ajuricaba	11.682.325,93	2.606.242,38	22,75%	21,30%	23,41%	21,89%
Alecrim	8.554.192,96	1.595.409,69	19,15%	18,55%	22,06%	22,61%
Alegrete	76.237.612,64	14.246.796,90	18,93%	18,54%	20,59%	21,95%
Alegria	7.991.592,04	1.671.215,17	21,50%	24,56%	22,38%	20,23%
Almirante Tamandaré do Sul	8.865.419,14	1.371.427,64	15,86%	16,62%	16,14%	16,66%
Alpestre	11.054.618,69	2.386.371,89	22,04%	17,43%	15,16%	15,65%
Alto Alegre	7.207.385,02	1.069.891,36	15,33%	16,82%	16,29%	15,62%
Alto Feliz	7.872.947,89	1.232.533,88	16,12%	17,58%	17,22%	16,63%
Alvorada	97.295.504,81	20.768.517,63	21,80%	22,20%	25,63%	22,42%
Amaral Ferrador	8.927.728,24	1.602.788,40	17,96%	17,81%	19,96%	18,23%
Ametista do Sul	8.488.069,94	1.347.040,55	16,30%	17,66%	16,57%	17,67%
Andre da Rocha	7.293.700,12	1.192.042,23	16,34%	16,26%	15,95%	15,63%
Anta Gorda	10.760.522,49	1.622.174,35	15,40%	15,84%	15,70%	15,57%
Antonio Prado	18.439.701,76	2.803.559,58	15,46%	16,03%	15,94%	15,96%
Arambaré	10.442.019,01	2.228.719,65	21,34%	22,17%	21,42%	18,17%
Araricá	8.260.580,50	1.714.148,36	20,75%	24,40%	24,38%	22,04%
Aratiba	31.167.026,40	5.047.655,66	16,31%	15,74%	16,50%	17,02%
Arroio do Meio	28.164.058,18	4.599.839,59	16,60%	16,43%	15,47%	15,39%
Arroio do Padre	7.556.270,04	1.345.600,42	18,35%	21,37%	20,25%	19,02%
Arroio do sal	14.936.017,23	2.777.047,75	18,88%	15,30%	17,43%	18,12%
Arroio do Tigre	13.538.428,23	2.237.921,85	16,90%	17,80%	16,62%	15,91%
Arroio dos Ratos	14.850.678,30	3.708.346,98	24,97%	24,70%	20,69%	20,93%
Arroio Grande	26.500.529,21	4.641.522,61	17,82%	19,12%	20,71%	20,10%
Arvorezinha	13.197.134,49	2.334.478,93	18,09%	17,86%	19,30%	19,09%
Augusto Pestana	11.563.776,17	1.773.845,39	15,64%	18,75%	17,16%	16,62%
Áurea	7.945.127,95	1.232.603,02	15,96%	20,48%	21,48%	25,24%
Bagé	94.375.432,68	13.365.224,08	14,36%	15,61%	15,67%	17,05%
Balneário Pinhal	15.507.815,14	2.892.661,08	19,02%	17,95%	20,56%	17,81%
Barão	9.962.716,54	1.625.412,72	16,31%	15,89%	16,56%	16,13%
Barão de Cotegipe	11.304.412,74	2.067.247,59	18,66%	18,50%	22,07%	17,91%
Barão do Triunfo	8.886.313,74	1.970.207,10	22,17%	21,76%	23,30%	23,00%
Barra do Guarita	11.382.834,74	1.518.746,66	21,91%	23,16%	19,75%	21,20%
Barra do Quaraí	11.382.834,74	1.878.934,97	16,51%	17,77%	18,30%	15,76%
Barra do Ribeiro	14.872.628,55	2.675.128,46	17,99%	19,01%	20,85%	20,43%
Barra do Rio Azul	7.693.857,94	1.341.566,22	17,96%	16,71%	18,69%	17,47%
Barra Funda	7.905.790,03	1.543.797,68	19,53%	19,80%	20,65%	21,44%
Barracão	10.468.162,56	2.023.899,82	19,76%	19,68%	21,85%	22,40%
Barros Cassal	12.199.841,18	2.261.921,85	19,01%	20,77%	18,85%	15,12%
Benjamin Constant do Sul	6.693.933,50	1.084.656,55	16,75%	17,86%	16,15%	16,50%
Bento Gonçalves	151.582.159,40	32.201.233,70	21,41%	19,13%	18,61%	16,22%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Boa Vista das Missões	8.103.034,62	1.473.991,99	18,71%	18,88%	17,82%	16,68%
Boa Vista do Buricá	10.057.229,70	1.632.244,19	16,60%	16,85%	16,99%	18,70%
Boa Vista do Cadeado	11.325.383,69	2.198.157,25	19,80%	18,21%	18,46%	17,92%
Boa Vista do Incra	9.683.381,38	1.687.381,19	17,43%	17,49%	19,90%	19,07%
Boa Vista do Sul	11.214.568,29	1.768.525,55	16,09%	15,06%	15,48%	15,47%
Bom Jesus	17.320.642,87	3.335.106,86	19,26%	20,91%	20,82%	17,38%
Bom Princípio	17.784.661,40	4.030.569,41	23,06%	17,04%	18,43%	16,78%
Bom Progresso	7.586.832,72	1.182.460,52	16,06%	16,86%	15,93%	17,72%
Bom Retiro do Sul	13.592.247,59	2.736.701,75	20,13%	17,45%	18,54%	19,47%
Boqueirão do Leão	9.913.119,86	1.570.854,91	15,85%	16,48%	21,25%	17,36%
Bossoroca	12.401.444,50	2.119.897,76	17,41%	17,62%	18,51%	15,47%
Bozano	8.026.868,79	1.457.002,31	18,67%	18,85%	17,84%	18,61%
Braga	8.097.495,42	1.487.173,96	18,88%	19,63%	19,44%	17,60%
Brochier	8.954.841,76	1.769.402,48	20,26%	19,10%	16,96%	16,14%
Butiá	20.389.490,84	4.791.918,14	24,03%	23,71%	21,96%	18,90%
Caçapava do Sul	34.069.979,48	6.356.432,28	18,66%	20,42%	21,41%	20,76%
Cacequi	17.410.523,86	3.306.008,39	18,34%	21,76%	17,18%	16,69%
Cachoeira do Sul	73.850.152,60	14.849.414,78	20,11%	19,13%	16,69%	17,04%
Cachoeirinha	155.145.588,94	23.931.615,07	15,55%	15,16%	16,29%	16,17%
Cacique Doble	8.183.164,55	1.516.937,86	19,06%	19,10%	22,14%	19,37%
Caibaté	8.551.504,01	1.585.488,44	19,04%	19,37%	17,54%	15,72%
Caçara	8.351.367,73	1.384.036,79	16,57%	18,83%	19,11%	15,78%
Camaquã	60.224.849,27	10.072.633,05	16,98%	15,94%	15,16%	16,64%
Camargo	10.143.532,26	2.129.048,23	21,47%	19,97%	19,61%	15,95%
Cambará do Sul	11.856.446,14	2.904.289,48	24,50%	28,13%	24,25%	21,12%
Campestre da Serra	9.952.328,01	1.576.241,76	16,20%	16,77%	16,43%	17,69%
Campina das Missões	9.006.717,07	1.365.635,34	15,55%	18,48%	17,96%	17,96%
Campinas do Sul	10.070.541,67	2.661.808,62	27,04%	29,41%	28,90%	31,99%
Campo Bom	78.946.921,11	14.509.007,39	18,38%	16,50%	18,46%	16,59%
Campo Novo	9.637.974,62	1.589.715,94	16,89%	17,20%	16,17%	15,88%
Campos Borges	7.760.648,29	1.418.046,43	18,82%	19,94%	18,80%	17,36%
Candelária	26.878.151,46	5.923.473,07	22,04%	19,88%	20,00%	19,25%
Candido Godoi	9.601.335,78	1.531.718,49	16,33%	17,26%	17,76%	17,74%
Candiota	26.825.051,45	5.018.453,62	18,71%	17,69%	20,21%	17,73%
Canela	44.968.536,61	8.260.810,94	18,64%	20,60%	21,57%	19,56%
Canguçu	45.736.947,13	6.860.403,31	15,28%	15,04%	16,22%	15,64%
Canoas	441.113.942,71	94.959.771,88	21,63%	21,35%	19,61%	25,09%
Canudos do Vale	7.549.586,62	1.290.198,00	17,09%	17,25%	16,61%	21,30%
Capão Bonito do Sul	9.072.409,39	1.634.650,37	18,48%	18,27%	18,96%	18,48%
Capão da Canoa	60.723.713,49	13.081.658,52	21,78%	20,53%	19,14%	17,55%
Capão do Cipó	10.984.548,32	1.920.897,57	17,84%	16,47%	15,84%	18,62%
Capão do Leão	24.242.461,02	4.371.790,33	18,43%	20,15%	18,11%	18,34%
Capela de Santana	10.668.668,14	2.025.060,84	19,55%	19,10%	22,36%	20,25%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Capitão	10.960.101,71	1.753.530,60	16,33%	15,76%	16,03%	15,15%
Capivari do Sul	10.459.781,13	1.904.679,09	18,21%	20,35%	18,76%	19,00%
Carazinho	58.059.214,93	10.424.365,36	18,21%	19,44%	19,64%	16,82%
Carlos Barbosa	47.883.341,99	7.713.636,45	16,29%	16,52%	16,34%	15,34%
Carlos Gomes	6.760.826,00	1.215.286,07	18,57%	20,00%	18,55%	18,09%
Caraa	7.956.176,93	1.378.976,93	17,82%	19,87%	22,03%	19,44%
Casca	15.134.072,41	2.838.743,08	19,04%	19,12%	20,26%	19,17%
Caseiros	8.302.741,27	1.508.113,55	18,67%	20,94%	18,84%	18,02%
Catuípe	12.872.571,76	2.315.644,25	18,31%	20,67%	19,34%	20,36%
Caxias do Sul	616.185.801,54	114.491,24	18,69%	18,63%	17,39%	16,32%
Centenário	7.792.377,67	1.239.749,83	16,37%	15,54%	16,36%	16,68%
Cerrito	8.367.872,22	1.505.843,28	18,49%	19,09%	18,04%	17,84%
Cerro Branco	7.937.370,53	1.414.152,16	18,34%	15,39%	19,04%	15,13%
Cerro Grande	6.654.742,06	1.112.693,26	17,31%	22,79%	20,78%	21,41%
Cerro Grande do Sul	12.206.300,80	3.008.768,86	25,26%	26,40%	27,33%	25,61%
Cerro Largo	16.273.313,99	2.593.941,17	16,24%	16,57%	15,29%	15,51%
Chapada	14.766.238,66	3.214.208,20	21,77%	19,55%	17,29%	16,37%
Charqueadas	49.441.729,99	10.473.344,41	21,44%	19,56%	21,38%	21,92%
Charrua	7.762.242,67	1.211.088,07	16,07%	15,24%	16,09%	18,18%
Chiapetta	10.390.026,11	1.659.100,07	16,32%	16,42%	15,88%	15,27%
Chuí	8.290.160,35	1.577.490,47	19,56%	19,30%	22,89%	18,01%
Chувиска	8.702.306,99	1.875.439,93	21,56%	25,78%	21,76%	25,46%
Cidreira	17.383.829,14	4.279.511,10	25,05%	30,68%	28,32%	26,97%
Ciriaco	9.357.185,88	1.850.263,05	20,28%	18,20%	17,29%	16,54%
Colinas	8.783.323,63	1.626.033,04	18,99%	21,37%	18,12%	18,19%
Colorado	10.339.964,89	1.676.961,33	16,58%	15,44%	18,43%	17,02%
Condor	12.132.404,72	2.618.539,13	21,99%	22,44%	23,45%	23,02%
Constantina	11.525.404,47	2.318.486,65	20,52%	16,31%	17,10%	15,90%
Coqueiro Baixo	7.945.252,16	1.368.735,87	17,74%	17,58%	17,58%	15,33%
Coqueiros do Sul	8.721.118,84	1.602.827,16	18,87%	16,18%	16,21%	17,38%
Coronel Barros	7.837.669,30	1.424.712,71	18,71%	20,42%	19,67%	19,06%
Coronel Bicaco	11.567.573,67	2.075.272,81	18,30%	16,42%	18,22%	16,95%
Coronel Pilar	8.190.616,87	1.533.954,89	19,26%	17,48%	15,59%	15,81%
Cotiporã	9.890.339,87	1.474.331,03	15,25%	16,83%	19,54%	17,47%
Coxilha	9.783.225,32	1.793.319,74	18,33%	17,87%	18,30%	19,62%
Crissiumal	16.592.032,56	2.681.389,40	16,53%	16,40%	16,64%	15,55%
Cristal	10.337.114,23	2.150.427,24	21,27%	23,19%	24,76%	22,08%
Cristal do Sul	6.928.958,14	1.405.938,69	20,96%	22,42%	19,51%	19,51%
Cruz Alta	59.226.470,15	11.027.712,17	18,63%	18,81%	17,90%	15,83%
Cruzaltense	7.628.021,00	1.601.723,98	21,64%	21,39%	19,46%	19,59%
Cruzeiro do Sul	16.271.949,66	2.657.944,49	16,64%	16,75%	16,80%	19,19%
David Canabarro	9.429.042,19	1.478.946,92	16,07%	16,76%	15,63%	16,20%
Derrubadas	8.410.680,26	1.761.969,17	21,51%	21,55%	19,87%	21,96%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Dezesseis de Novembro	7.165.190,14	1.192.704,79	17,20%	18,34%	20,01%	17,89%
Dilermando de Aguiar	9.053.300,02	1.555.505,77	17,62%	16,72%	16,25%	15,97%
Dois Irmãos	33.168.354,07	6.708.070,38	20,67%	23,52%	24,28%	22,86%
Dois Irmãos das Missões	8.263.435,87	1.385.027,13	17,23%	18,05%	18,79%	20,34%
Dois Lajeados	9.279.015,48	1.679.331,51	18,10%	19,04%	19,79%	17,03%
Dom Feliciano	16.518.622,92	3.329.848,84	20,29%	21,01%	19,79%	15,06%
Dom Pedrito	48.779.868,53	8.149.171,18	17,08%	17,73%	18,82%	16,85%
Dom Pedro de Alcântara	6.730.545,03	1.232.717,19	18,95%	18,19%	18,46%	17,05%
Dona Francisca	7.637.210,21	1.574.835,77	21,25%	18,82%	17,98%	22,12%
Doutor Maurício Cardoso	9.802.399,76	1.538.159,61	16,06%	16,29%	16,19%	15,72%
Doutor Ricardo	7.582.049,15	1.319.332,01	17,93%	17,12%	17,58%	18,70%
Eldorado do Sul	45.839.576,30	10.930.425,34	24,16%	18,46%	19,00%	19,29%
Encantado	27.919.221,75	5.816.236,04	20,83%	21,34%	20,48%	17,79%
Encruzilhado do Sul	27.786.907,83	4.613.100,61	16,60%	16,77%	17,93%	16,11%
Engenho Velho	6.860.525,56	1.397.708,22	20,37%	20,31%	21,38%	19,13%
Entre Rios do Sul	10.665.595,98	2.112.894,08	20,24%	19,84%	19,26%	20,80%
Entre-Ijuís	11.467.863,75	1.851.262,55	16,47%	15,49%	16,46%	15,88%
Erebango	8.492.434,50	1.399.216,62	16,92%	16,06%	17,30%	16,12%
Erechim	107.005.100,96	20.057.927,74	18,94%	20,13%	20,70%	18,43%
Ernestina	8.400.767,76	1.239.891,74	15,17%	16,35%	18,00%	16,40%
Erval Grande	8.560.201,45	1.584.863,37	19,00%	18,18%	19,93%	16,84%
Erval Seco	9.672.380,32	2.002.001,58	21,19%	22,00%	20,61%	21,45%
Esmeralda	9.548.826,64	1.965.661,17	21,07%	22,80%	17,66%	17,31%
Esperança do Sul	7.598.693,63	1.284.841,39	17,42%	18,63%	19,64%	17,51%
Espumoso	20.158.897,46	3.647.099,37	17,41%	18,78%	20,80%	20,04%
Estação	10.121.654,51	1.870.193,96	18,90%	19,24%	20,54%	18,63%
Estância Velha	43.261.194,32	13.280.902,33	31,19%	29,61%	28,13%	23,70%
Esteio	97.001.097,16	25.851.575,59	26,69%	24,81%	29,87%	24,73%
Estrela	41.652.257,24	6.692.047,42	16,30%	15,39%	16,59%	15,23%
Estrela Velha	8.587.669,17	1.664.987,86	19,39%	22,86%	20,87%	20,70%
Eugênio de Castro	9.213.405,89	1.405.890,27	15,33%	16,50%	16,99%	17,62%
Fagundes Varela	8.674.369,24	1.493.411,55	17,67%	17,20%	18,13%	17,61%
Farroupilha	85.249.725,61	14.806.645,17	17,55%	18,75%	17,27%	15,27%
Faxinal do Soturno	9.282.699,35	1.508.890,75	16,65%	17,70%	17,11%	16,14%
Faxinalzinho	7.214.223,28	1.580.600,11	22,60%	23,24%	19,41%	17,57%
Fazenda Vila Nova	1.384.394,93	1.658.909,48	16,33%	18,90%	17,53%	16,28%
Feliz	17.837.668,98	3.686.244,57	21,02%	20,28%	16,97%	16,91%
Flores da Cunha	10.145.881,87	6.619.314,62	16,70%	15,81%	17,03%	15,67%
Florianópolis	7.134.337,90	1.289.737,23	18,67%	18,84%	19,79%	17,75%
Fontoura Xavier	11.961.484,26	1.882.979,13	16,15%	15,51%	15,75%	17,05%
Formigueiro	9.951.939,08	2.336.346,68	24,00%	23,49%	21,92%	21,24%
Frederico Westphalen	30.313.102,20	5.959.755,59	20,01%	19,19%	17,75%	18,08%
Forquethina	7.645.147,82	1.305.608,87	17,74%	17,41%	16,92%	16,50%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Fortaleza dos Valos	11.980.358,74	2.311.815,70	19,30%	20,86%	18,93%	16,78%
Garibaldi	52.732.934,74	8.452.269,99	16,21%	17,16%	16,74%	16,19%
Garruchos	13.531.083,46	2.394.462,39	18,00%	17,25%	20,42%	19,24%
Gaurama	10.493.289,98	1.833.834,74	17,88%	19,78%	19,25%	19,93%
General Camara	8.944.287,76	1.788.578,47	20,50%	20,78%	22,69%	18,16%
Gentil	8.141.416,92	1.388.612,40	17,54%	17,59%	17,13%	17,20%
Getúlio Vargas	19.633.493,06	3.472.759,77	18,03%	19,17%	18,82%	18,25%
Giruá	22.569.895,33	3.711.812,22	16,78%	16,60%	15,31%	16,05%
Glorinha	17.662.161,19	3.187.870,39	18,45%	18,08%	16,98%	17,95%
Gramado	68.587.303,98	11.155.416,81	16,41%	16,14%	16,92%	17,65%
Gramado dos Loureiros	6.827.312,45	1.315.252,22	19,91%	21,13%	24,80%	20,35%
Gramado Xavier	7.482.149,55	1.334.272,69	18,37%	15,91%	17,34%	17,60%
Gravataí	265.806.660,34	56.760.385,18	21,35%	18,30%	19,29%	20,75%
Guabiju	7.273.230,13	1.242.542,73	17,63%	20,13%	22,36%	16,51%
Guaíba	93.264.298,68	18.998.778,46	20,62%	19,88%	19,99%	18,75%
Guaporé	29.483.513,97	5.939.876,34	20,46%	19,45%	20,06%	18,58%
Guarani das Missões	10.307.603,33	1.941.340,48	19,27%	18,31%	16,21%	16,29%
Harmonia	11.155.802,03	2.023.327,67	18,50%	16,55%	18,49%	17,15%
Herval	10.779.389,85	1.741.967,30	16,50%	18,71%	16,28%	16,22%
Herveiras	7.620.785,65	1.358.505,86	18,37%	17,21%	18,38%	18,84%
Horizontina	32.121.629,52	4.978.090,98	15,78%	16,83%	16,45%	18,35%
Hulha Negra	10.103.098,10	1.687.663,26	16,70%	19,63%	17,97%	18,74%
Humaitá	9.541.562,20	1.555.874,24	16,70%	14,48%	17,16%	15,68%
Ibarama	7.987.397,94	1.515.727,28	19,53%	20,09%	18,94%	19,02%
Ibiaçá	10.712.870,16	1.643.192,28	15,66%	18,54%	17,19%	16,46%
Ibiraiaras	11.703.432,70	2.008.782,92	17,49%	17,40%	19,47%	18,17%
Ibirapuitã	8.635.339,40	1.504.817,25	18,01%	19,18%	19,03%	17,49%
Ibirubá	28.611.271,81	5.383.453,58	19,12%	18,22%	17,38%	17,50%
Igrejinha	41.180.594,14	8.998.896,08	22,18%	21,34%	20,83%	17,40%
Ijuí	70.193.560,25	20.390.181,62	28,61%	31,24%	31,15%	31,92%
Ilópolis	8.406.101,24	1.448.782,01	17,71%	18,00%	16,12%	15,07%
Imbé	29.369.751,58	6.538.793,22	22,26%	16,99%	22,76%	20,31%
Imigrantes	10.605.861,42	1.850.888,69	17,83%	19,89%	20,24%	18,95%
Independência	10.753.544,87	2.331.198,18	22,09%	23,58%	25,02%	25,25%
Inhacorá	2.506.513,50	1.367.573,54	29,56%	20,17%	20,45%	20,51%
Ipê	11.257.284,15	1.713.039,14	15,53%	17,18%	17,34%	15,36%
Ipiranga do Sul	8.669.722,65	1.444.212,11	17,10%	15,74%	16,80%	17,47%
Iraí	8.435.992,95	1.593.068,74	19,40%	16,97%	15,19%	15,89%
Itaara	7.950.878,99	1.351.073,27	17,49%	17,74%	20,86%	20,26%
Itacurubi	9.188.678,48	1.620.719,49	18,08%	17,29%	19,60%	18,42%
Itapuca	7.181.210,96	1.211.198,75	17,41%	18,28%	16,64%	15,85%
Itaqui	46.877.504,87	6.982.303,12	15,11%	15,73%	16,66%	16,80%
Itati	6.727.001,26	1.181.633,69	18,16%	20,26%	19,63%	22,64%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Itatiba do Sul	7.856.561,41	1.754.351,77	22,99%	24,07%	22,60%	22,92%
Ivora	7.108.371,21	1.241.770,68	18,04%	17,65%	20,50%	18,84%
Ivoti	25.995.152,06	4.464.095,29	17,48%	17,01%	17,24%	15,95%
Jaboticaba	7.377.833,08	1.593.019,22	22,27%	21,51%	23,57%	20,25%
Jacuizinho	7.651.032,43	1.365.323,27	18,39%	17,65%	19,85%	17,58%
Jacutinga	8.186.894,20	1.327.983,43	16,22%	15,71%	16,02%	15,46%
Jaguarão	27.335.345,76	4.805.490,84	17,57%	16,38%	17,55%	17,88%
Jaguari	13.820.081,58	2.063.374,03	15,27%	17,07%	17,22%	18,65%
Jaquirana	8.713.691,07	2.196.470,61	25,21%	26,20%	33,65%	24,67%
Jari	9.869.085,88	1.523.007,58	15,78%	19,96%	19,95%	18,75%
Joia	15.218.334,32	2.778.007,48	18,53%	16,95%	16,75%	19,23%
Julio de Castilhos	29.969.402,20	5.102.654,10	17,03%	18,52%	18,86%	15,33%
Lagoa Bonita do Sul	7.053.095,65	1.633.805,64	23,18%	27,56%	22,59%	20,37%
Lagoa dos Três Cantos	8.038.375,94	1.290.226,05	16,51%	16,16%	16,22%	17,36%
Lagoa Vermelha	33.545.900,13	6.870.136,24	20,80%	19,98%	21,83%	19,06%
Lagoão	7.791.766,03	1.483.258,82	19,60%	19,69%	22,12%	22,27%
Lajeado	88.558.419,35	14.882.377,19	16,81%	18,02%	18,15%	17,79%
Lajeado do Bugre	6.561.747,88	1.170.870,87	17,84%	15,88%	16,59%	17,06%
Lavras do Sul	13.620.622,63	2.210.797,55	16,50%	16,69%	17,20%	16,75%
Liberato Salzano	8.301.265,50	1.344.685,97	16,20%	17,66%	16,42%	17,42%
Lindolfo Collor	8.402.572,96	1.784.308,28	21,81%	21,13%	22,45%	22,51%
linha Nova	6.931.824,72	1.065.782,62	15,89%	15,77%	16,87%	17,57%
Maçambará	12.712.224,85	2.510.257,39	19,75%	19,28%	21,77%	18,42%
Machadinho	8.941.646,27	1.676.621,78	19,23%	19,88%	25,24%	19,40%
Mampituba	6.918.414,08	1.200.169,03	17,35%	16,29%	18,45%	16,33%
Manoel Viana	11.753.313,32	2.382.489,83	20,66%	20,48%	17,60%	17,34%
Maquiné	9.648.934,81	1.754.718,64	18,19%	15,70%	17,76%	19,30%
Maratá	9.246.493,68	1.362.091,15	15,10%	15,71%	18,27%	15,31%
Marau	56.823.355,48	11.068.873,24	19,69%	19,09%	18,81%	18,82%
Marcelino Ramos	8.932.765,19	1.627.845,94	18,69%	20,75%	18,90%	19,89%
Mariana Pimentel	8.360.010,52	1.766.887,60	21,72%	27,14%	21,22%	22,17%
Mariano Moro	7.397.396,06	1.728.814,75	24,10%	24,61%	20,96%	20,37%
Marquês de Souza	9.928.555,68	1.632.469,02	16,81%	16,40%	16,71%	16,42%
Mata	8.318.361,32	1.494.832,00	18,47%	19,46%	16,11%	16,05%
Mato Castelhano	8.557.325,00	1.542.039,17	18,50%	18,97%	21,72%	21,37%
Mato Leitão	9.793.505,83	1.671.936,27	17,46%	15,75%	15,32%	15,77%
Mato Queimado	7.009.275,50	1.293.101,90	19,06%	21,29%	15,80%	16,68%
Maximiliano de Almeida	8.087.350,41	1.207.977,24	15,36%	17,87%	17,21%	16,90%
Minas do Leão	12.499.237,14	2.070.864,29	16,87%	18,85%	18,37%	17,63%
Miraguá	7.472.257,62	1.478.687,91	20,40%	16,80%	16,58%	15,39%
Montauri	8.234.580,06	1.268.553,94	15,83%	18,65%	15,94%	15,90%
Monte Alegre dos Campos	8.140.876,34	1.366.033,75	17,26%	16,93%	18,79%	16,77%
Monte belo do Sul	9.076.572,24	1.497.209,78	16,91%	15,96%	17,78%	17,70%



(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Montenegro	74.930.006,29	15.202.875,79	20,29%	20,13%	19,83%	16,75%
Mormaço	7.743.798,66	1.485.907,01	19,63%	21,85%	18,22%	18,00%
Morrinhos do Sul	7.276.347,19	1.194.956,00	16,95%	17,11%	16,43%	16,49%
Morro Redondo	8.986.625,10	1.671.249,16	19,06%	18,86%	17,78%	18,90%
Morro Reuter	9.673.305,08	2.086.755,92	22,09%	21,39%	23,17%	20,35%
Mostardas	18.448.179,64	3.962.809,15	21,84%	22,37%	25,37%	21,42%
Muçum	8.803.523,21	1.930.098,32	22,50%	22,24%	24,22%	26,33%
Muitos Capões	12.748.697,79	2.378.967,42	19,00%	17,71%	19,68%	16,32%
Muliterno	7.089.224,11	1.596.168,20	23,24%	24,28%	19,28%	18,15%
Não-me-toque	27.102.696,72	4.229.329,58	15,82%	15,61%	16,04%	17,70%
Nicolau Vergueiro	8.065.251,18	1.207.513,56	15,39%	17,26%	16,25%	17,62%
Nonoai	14.403.772,02	2.251.865,46	15,63%	19,81%	16,00%	15,67%
Nova Alvorada	10.490.598,95	1.918.880,37	18,69%	19,07%	17,91%	15,55%
Nova Araça	11.628.312,20	1.909.075,14	16,74%	16,69%	17,05%	17,22%
Nova Bassano	18.743.359,15	2.035.083,73	16,39%	18,52%	19,20%	15,53%
Nova Boa Vista	7.576.418,31	1.592.213,41	21,66%	19,24%	20,24%	18,43%
Nova Bréscia	11.463.606,84	1.748.367,77	16,21%	16,47%	18,43%	17,35%
Nova Candelária	8.952.863,21	1.402.317,23	16,07%	18,47%	19,68%	16,55%
Nova Esperança do Sul	8.184.692,05	1.887.805,69	23,70%	23,60%	22,92%	23,52%
Nova Hartz	22.421.476,61	4.948.660,98	22,52%	20,37%	21,19%	21,29%
Nova Pádua	8.763.941,04	1.414.209,30	16,56%	17,48%	18,41%	16,65%
Nova Palma	11.539.003,03	2.485.279,58	21,97%	19,43%	20,57%	21,22%
Nova Prata	35.769.924,18	7.390.193,40	20,66%	20,53%	17,78%	18,70%
Nova Petrópolis	26.623.670,51	4.320.127,30	15,90%	15,80%	16,69%	16,49%
Nova Ramada	12.465.584,29	1.592.891,31	19,09%	23,53%	22,25%	17,21%
Nova Roma do Sul	12.465.584,29	2.012.672,64	16,44%	15,42%	17,53%	15,28%
Nova Santa Rita	27.736.994,44	4.957.072,86	18,01%	18,86%	20,20%	19,38%
Novo Barreiro	7.626.254,21	1.175.542,22	15,42%	15,40%	19,05%	18,91%
Novo Cabrais	8.675.529,70	1.523.453,48	18,03%	15,99%	15,94%	16,26%
Novo Hamburgo	245.720.545,45	45.257.055,54	18,42%	22,87%	29,58%	28,24%
Novo Machado	8.685.939,25	1.835.639,32	21,70%	23,30%	20,72%	20,63%
Novo Tiradentes	6.710.320,93	1.177.113,80	18,15%	19,53%	18,35%	16,70%
Novo Xingu	6.822.158,02	1.097.279,88	16,63%	17,66%	16,73%	17,89%
Osório	137.849.658,71	24.597.805,03	17,84%	15,31%	15,57%	18,33%
Paim Filho	8.097.972,90	1.547.006,24	19,64%	20,12%	19,37%	19,43%
Palmeiras das Missões	39.233.298,13	8.512.497,22	22,03%	22,96%	20,81%	19,32%
Palmares do Sul	18.390.348,31	4.002.671,67	22,13%	22,40%	21,92%	20,14%
Palmitinho	9.320.211,26	1.482.854,24	16,30%	15,83%	15,28%	15,74%
Panambi	50.528.756,92	16.841.585,96	33,98%	32,30%	28,90%	25,97%
Pantano Grande	12.873.488,35	2.628.482,61	20,78%	21,68%	21,92%	20,79%
Paraí	12.824.041,66	2.273.960,55	18,05%	18,24%	18,00%	17,65%
Paraíso do Sul	9.829.709,44	1.986.563,08	20,67%	24,22%	24,08%	17,58%
Pareci Novo	9.894.270,99	1.509.237,92	15,61%	15,62%	17,52%	17,08%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Parobé	39.235.545,42	8.422.464,02	21,93%	21,52%	18,92%	21,45%
Passa Sete	8.440.582,26	1.241.758,44	15,11%	17,06%	16,71%	15,00%
Passo do Sobrado	9.255.347,98	1.547.314,64	17,23%	18,22%	19,40%	18,13%
Passo Fundo	194.248.605,72	31.738.949,04	16,51%	15,38%	15,75%	16,81%
Paulo Bento	7.841.648,03	1.484.781,58	19,60%	17,78%	18,83%	18,00%
Paverama	9.666.600,40	1.926.493,56	20,40%	20,32%	19,42%	17,18%
Pedras Altas	9.158.224,95	1.825.995,40	20,42%	19,49%	20,08%	20,86%
Pedro Osório	9.170.186,63	1.498.580,34	16,75%	16,27%	16,79%	19,92%
Pejuçara	11.188.114,08	1.763.293,70	16,08%	15,39%	15,90%	15,20%
Pelotas	217.965.108,52	38.566.988,29	17,69%	15,96%	17,07%	16,44%
Picada Café	13.926.028,66	2.305.886,47	16,83%	17,51%	18,54%	18,67%
Pinhal	7.368.406,31	1.159.045,85	16,21%	18,98%	16,86%	16,49%
Pinhal da Serra	15.824.200,32	2.844.968,06	17,98%	19,72%	17,20%	16,27%
Pinhal Grande	12.554.653,30	2.448.522,86	19,84%	20,38%	19,66%	18,36%
Pinheirinho do Vale	8.572.573,09	1.582.646,85	18,96%	18,36%	18,23%	16,77%
Pinheiro Machado	18.055.330,13	3.518.859,91	19,81%	18,73%	19,63%	19,40%
Pirapó	7.282.473,58	1.395.408,51	19,77%	20,87%	24,46%	20,68%
Piratini	23.430.147,92	4.267.292,48	18,57%	20,85%	21,91%	18,76%
Planalto	11.676.901,66	2.129.683,56	18,72%	21,44%	19,47%	17,26%
Poço das Antas	8.046.779,84	1.301.975,83	16,63%	16,93%	18,41%	18,35%
Pontão	36.964.967,37	1.630.739,57	15,46%	15,32%	17,51%	19,24%
Ponte Preta	7.401.634,96	1.154.906,04	16,09%	15,81%	16,76%	17,46%
Portão	36.964.967,37	5.932.471,83	16,05%	16,59%	18,56%	17,24%
Porto Alegre	2.171.630.360,60	455.251.722,37	21,03%	19,70%	19,17%	17,35%
Porto Lucena	8.074.884,63	1.353.543,76	17,24%	19,23%	20,29%	19,07%
Porto Mauá	7.171.185,25	1.418.578,80	20,42%	21,16%	18,38%	16,27%
Porto Vera Cruz	6.655.175,80	985.078,21	15,32%	17,15%	17,23%	17,70%
Porto Xavier	12.267.291,58	2.153.524,48	17,99%	16,48%	17,01%	16,05%
Pouso Novo	8.009.944,33	1.260.653,90	15,74%	15,21%	15,08%	15,38%
Presidente Lucena	7.400.219,03	1.239.758,21	17,28%	17,73%	17,85%	17,95%
Progresso	9.813.167,95	1.455.198,77	15,17%	15,78%	16,10%	16,31%
Protásio Alves	8.124.570,73	1.380.445,06	17,47%	20,19%	16,91%	15,07%
Putinga	8.941.783,98	1.416.291,07	16,25%	15,15%	19,95%	15,80%
Quaraí	23.086.224,37	5.409.113,33	23,88%	20,80%	24,32%	20,88%
Quatro Irmãos	7.717.249,93	1.703.964,16	22,74%	19,61%	19,57%	18,10%
Quevedos	8.442.711,42	1.611.897,18	19,09%	23,31%	24,03%	18,87%
Quinze de Novembro	9.877.479,21	1.706.937,91	17,67%	16,98%	16,20%	16,39%
Redentora	10.562.718,82	1.935.113,42	18,86%	16,23%	15,76%	15,35%
Relvado	8.498.461,07	1.534.328,09	18,54%	19,80%	20,11%	17,61%
Restinga Seca	19.229.487,06	3.284.677,77	17,42%	15,93%	18,91%	18,58%
Rio dos Índios	7.538.608,80	1.111.006,49	15,19%	16,07%	14,96%	15,42%
Rio Grande	214.610.292,92	33.712.551,78	15,93%	15,04%	15,06%	15,04%
Rio Pardo	36.150.287,33	5.687.231,06	16,03%	15,91%	16,46%	18,26%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Riozinho	9.198.003,69	1.400.665,39	17,57%	19,82%	17,60%	17,78%
Roca Sales	15.439.965,60	2.850.817,93	18,83%	17,22%	16,45%	16,15%
Rodeio Bonito	8.633.869,52	1.462.178,28	17,38%	22,10%	20,22%	17,74%
Rolador	7.655.408,98	1.409.426,60	18,96%	20,39%	17,82%	16,45%
Rolante	19.606.867,05	4.081.821,15	21,30%	21,02%	20,71%	19,48%
Ronda Alta	14.063.597,22	3.264.389,19	23,71%	24,43%	23,30%	26,24%
Rondinha	9.594.873,08	1.598.150,78	17,06%	16,61%	17,58%	16,35%
Roque Gonzales	10.661.014,60	1.940.334,06	18,59%	20,69%	18,58%	17,19%
Rosário do Sul	39.895.834,82	7.415.466,70	18,90%	18,01%	18,88%	19,80%
Sagrada Família	6.835.245,81	1.102.058,77	16,67%	18,91%	19,10%	17,82%
Saldanha Marinho	9.935.037,12	1.594.684,90	17,13%	19,94%	20,67%	18,96%
Salto do Jacuí	17.758.813,71	5.389.766,16	30,36%	28,53%	27,52%	27,18%
Salvador das Missões	9.063.152,63	1.868.167,74	21,13%	17,56%	16,63%	17,46%
Salvador do Sul	13.551.908,24	2.652.266,13	19,89%	19,20%	19,50%	16,42%
Sananduva	21.717.060,36	4.383.669,73	20,53%	21,07%	19,19%	21,12%
Santa Barbara do Sul	17.561.219,00	3.724.991,94	21,21%	17,68%	18,06%	16,63%
Santa Cecília do Sul	7.931.777,01	1.274.326,07	16,52%	15,03%	19,03%	16,49%
Santa Clara do Sul	10.072.438,86	1.616.361,94	16,41%	17,49%	15,71%	16,48%
Santa Cruz do Sul	155.442.295,26	33.937.691,26	22,01%	19,06%	16,37%	15,76%
Santa Margarida do Sul	9.826.783,26	2.020.814,09	20,56%	19,97%	22,34%	17,01%
Santa Maria	203.755.151,67	33.155.840,27	16,43%	15,04%	15,12%	15,84%
Santa Maria do Herval	9.142.791,53	1.876.636,43	21,03%	22,38%	21,22%	19,02%
Santa Rosa	71.276.152,68	12.556.240,22	17,84%	16,03%	18,40%	16,97%
Santa Tereza	7.259.141,07	1.213.241,37	17,25%	16,60%	15,65%	15,34%
Santa Vitória do Palmar	41.397.036,03	7.259.398,70	17,54%	17,44%	18,51%	18,06%
Santana da Boa Vista	10.755.053,65	2.103.969,30	19,56%	19,73%	20,32%	20,66%
Santana do Livramento	65.010.578,18	9.930.181,26	15,27%	14,12%	16,78%	15,55%
Santiago	43.339.831,78	7.165.970,76	16,83%	17,70%	16,28%	17,13%
Santo Ângelo	65.531.908,28	11.098.658,01	17,19%	16,30%	15,88%	15,66%
Santo Antonio da Patrulha	41.467.837,15	8.190.998,62	20,07%	20,71%	18,93%	17,42%
Santo Antonio das Missões	15.495.543,05	2.743.903,28	18,06%	18,14%	16,13%	18,20%
Santo Antonio do Palma	8.890.932,89	1.338.408,75	15,44%	17,33%	15,91%	16,59%
Santo Antonio do Planalto	8.774.788,64	1.594.906,37	18,68%	18,27%	20,17%	17,81%
Santo Augusto	18.129.865,55	2.808.656,58	15,81%	18,68%	19,18%	17,03%
Santo Cristo	17.636.945,67	2.822.334,04	16,35%	15,91%	16,82%	16,42%
Santo Expedito do Sul	7.505.908,05	1.365.610,78	18,74%	18,98%	19,69%	18,32%
São Borja	62.548.770,92	12.686.084,53	20,58%	20,41%	20,30%	21,00%
São Domingo do Sul	7.900.516,90	1.594.913,33	20,78%	21,91%	22,26%	22,06%
São Francisco de Assis	22.671.116,87	3.732.821,87	16,65%	14,94%	15,63%	15,54%
São Francisco de Paula	27.092.318,15	4.990.977,48	18,73%	19,11%	19,51%	20,23%
São Gabriel	55.649.250,00	9.536.923,51	17,14%	18,93%	20,59%	16,59%
São Jerônimo	21.599.123,34	3.158.452,77	15,05%	17,96%	17,13%	16,66%
São João da Urtiga	8.790.545,43	1.346.347,97	15,72%	15,24%	20,47%	19,34%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
São João do Polesine	7.553.180,55	1.209.241,36	16,49%	19,45%	20,43%	16,22%
São Jorge	8.144.665,38	1.593.299,76	20,12%	19,61%	18,56%	15,44%
São José das Missões	7.069.738,72	1.147.826,55	16,77%	19,79%	19,53%	21,22%
São José do Herval	7.698.040,67	1.595.683,54	21,53%	23,28%	22,15%	18,18%
São José do Hortêncio	8.610.248,59	1.606.898,85	19,15%	23,08%	17,79%	16,07%
São José do Inhacorá	7.157.114,65	1.183.349,70	17,07%	17,65%	16,71%	18,01%
São José do Norte	23.205.673,73	3.825.794,02	16,87%	16,39%	15,72%	15,47%
São José do Ouro	10.763.842,93	1.611.823,50	15,29%	15,68%	17,50%	15,61%
São José do Sul	8.462.696,82	1.479.169,69	17,94%	15,79%	16,26%	17,22%
São José dos Ausentes	9.124.304,07	1.441.393,96	16,19%	17,82%	17,18%	18,55%
São Leopoldo	204.169.513,20	69.380.020,40	34,32%	31,74%	31,40%	31,04%
São Lourenço do Sul	38.919.602,95	7.456.780,38	19,50%	18,16%	20,83%	20,75%
São Luiz Gonzaga	33.372.729,27	6.811.570,19	20,80%	18,11%	18,29%	16,99%
São Marcos	27.040.699,89	4.900.854,27	18,42%	19,80%	19,18%	16,44%
São Martinho	9.708.221,78	1.860.247,67	19,16%	18,27%	18,15%	17,86%
São Martinho da Serra	8.870.413,03	1.839.661,58	21,27%	21,19%	19,61%	16,74%
São Miguel das Missões	13.643.274,63	2.286.665,81	17,04%	16,15%	15,76%	16,52%
São Nicolau	8.514.424,63	1.585.631,99	18,63%	19,32%	16,55%	16,93%
São Paulo das Missões	8.598.533,29	1.543.325,16	18,43%	18,33%	19,42%	16,97%
São Pedro da Serra	9.268.903,91	1.692.229,66	18,71%	18,63%	19,73%	16,18%
São Pedro das Missões	6.775.724,21	1.017.436,33	15,53%	16,03%	18,01%	18,19%
São Pedro do Butiá	8.473.012,65	1.340.444,42	16,24%	16,99%	16,32%	16,07%
São Pedro do Sul	17.241.824,01	3.104.770,50	18,01%	19,76%	21,35%	17,79%
São Sebastião do Caí	26.073.115,13	5.555.171,46	21,68%	22,81%	21,77%	18,96%
São Sepé	29.000.963,67	6.078.396,57	21,35%	20,70%	19,01%	19,97%
São Valentim	7.887.844,80	1.273.367,96	16,61%	16,71%	15,13%	17,21%
São Valentim do Sul	8.424.845,74	1.267.212,41	15,45%	20,20%	15,07%	15,67%
São Valério do Sul	6.899.653,64	1.108.581,61	16,61%	16,60%	17,10%	16,78%
São Vendelino	8.358.201,58	1.382.860,68	16,99%	18,05%	21,24%	16,70%
São Vicente do Sul	11.502.437,58	2.491.399,73	22,09%	25,36%	27,53%	24,54%
Sapiranga	63.153.933,89	12.886.784,37	20,73%	21,76%	20,82%	23,83%
Sapucaia do Sul	117.999.357,65	18.093.657,68	15,33%	34,68%	27,91%	17,76%
Sarandi	25.045.764,46	4.629.379,45	18,93%	19,02%	20,35%	18,66%
Seberi	13.143.060,44	2.703.938,40	20,58%	18,56%	18,25%	20,38%
Sede Nova	8.128.470,97	1.430.331,84	18,10%	16,63%	17,58%	17,38%
Segredo	8.668.899,40	1.916.943,07	22,70%	24,43%	24,92%	21,77%
Selbach	10.383.176,11	1.786.047,89	17,57%	17,50%	19,53%	15,36%
Senador Salgado Filho	8.155.198,56	1.249.569,80	15,76%	15,77%	16,97%	16,29%
Sentinela do Sul	8.678.933,00	2.002.147,42	23,68%	21,96%	23,15%	23,56%
Serafina Correa	24.437.175,66	5.308.593,29	22,06%	22,00%	21,38%	17,89%
Sério	7.640.591,25	1.285.178,46	17,32%	15,92%	15,27%	15,64%
Sertão	11.312.289,40	1.815.219,07	16,36%	16,58%	15,61%	16,18%
Sertão Santana	9.420.233,41	1.399.922,64	15,22%	15,90%	15,03%	16,66%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Sete de Setembro	6.850.119,21	1.265.271,72	19,10%	19,95%	19,92%	19,41%
Severiano de Almeida	9.045.207,34	1.766.882,72	20,02%	18,70%	20,09%	18,24%
Silveira Martins	7.181.878,37	1.476.680,84	20,56%	21,32%	20,98%	22,22%
Sinimbu	10.906.245,54	2.370.251,63	22,19%	18,35%	17,09%	16,96%
Sobradinho	15.824.443,86	3.076.757,12	19,91%	18,21%	20,22%	19,61%
Soledade	29.255.644,62	5.126.143,05	17,83%	18,41%	16,75%	16,94%
Tabaí	8.505.824,75	1.300.033,33	15,70%	18,67%	18,58%	17,22%
Tapejara	27.878.072,57	4.615.481,13	16,83%	15,29%	15,54%	15,56%
Tapera	15.088.784,65	3.266.090,18	22,07%	19,28%	18,10%	16,42%
Tapes	19.146.352,16	4.438.480,71	23,64%	24,25%	33,42%	28,12%
Taquara	46.531.699,58	7.695.707,76	16,84%	21,13%	20,92%	16,69%
Taquari	26.342.783,56	6.093.453,70	23,13%	24,22%	22,88%	22,48%
Taquaruçu do Sul	7.912.331,04	1.405.676,13	18,29%	19,68%	21,53%	20,39%
Tavares	9.033.662,62	1.966.495,60	22,32%	20,61%	23,43%	23,93%
Tenete Portela	15.604.198,14	2.659.634,27	17,46%	15,69%	17,32%	15,89%
Terra de Areia	9.931.025,32	2.460.798,55	24,78%	19,93%	17,71%	21,10%
Teutônio	36.747.234,61	9.208.230,13	25,42%	21,52%	22,23%	25,61%
Tio Hugo	8.236.664,73	1.316.660,23	16,43%	16,90%	17,46%	15,86%
Tiradentes do Sul	8.411.144,04	1.425.709,04	17,42%	21,44%	21,76%	21,96%
Toropi	7.208.183,87	1.282.774,72	18,44%	20,19%	16,46%	17,11%
Torres	50.291.519,03	8.885.200,21	17,39%	17,50%	21,11%	19,58%
Tramandaí	46.536.118,58	12.397.342,41	27,02%	30,62%	29,25%	26,21%
Travesseiro	8.670.230,92	1.437.380,27	17,02%	15,67%	18,24%	17,35%
Três Arroios	8.760.502,61	1.698.620,47	19,90%	19,05%	18,75%	17,35%
Três Cachoeiras	12.663.475,14	2.959.319,85	23,94%	27,80%	26,05%	23,43%
Três Coroas	30.473.358,49	6.251.033,58	20,87%	20,20%	19,06%	17,94%
Três de Maio	24.772.466,41	4.811.465,47	19,78%	20,49%	19,38%	19,31%
Três Forquilhas	7.097.619,39	1.612.889,31	23,45%	20,22%	25,15%	21,26%
Três Palmeiras	8.134.293,33	1.761.284,61	22,25%	24,32%	24,00%	21,63%
Três Passos	27.085.245,46	4.448.008,80	16,75%	18,77%	17,07%	18,17%
Trindade do Sul	8.432.829,45	1.741.016,83	21,21%	20,13%	18,39%	18,85%
Triunfo	132.585.408,38	24.467.689,73	18,45%	15,29%	15,75%	17,99%
Tucunduva	9.790.863,61	1.948.966,86	20,36%	21,93%	21,76%	19,30%
Tunas	7.267.319,79	1.365.914,36	18,80%	20,62%	17,41%	18,72%
Tupanci do Sul	6.891.364,11	1.085.691,87	15,75%	15,33%	15,55%	15,60%
Tupanciretã	33.490.276,45	6.457.130,43	19,54%	19,40%	19,35%	20,02%
Tupandi	15.153.432,48	2.313.037,02	15,26%	15,03%	15,40%	15,92%
Tuparendi	11.213.515,52	2.044.100,30	18,59%	20,29%	19,71%	19,29%
Turuçu	7.896.722,70	1.734.326,43	22,61%	22,35%	20,14%	16,75%
Ubiretama	7.169.635,98	1.054.112,47	15,18%	16,77%	23,06%	16,73%
União da Serra	8.311.813,61	1.327.717,65	16,41%	17,55%	17,51%	15,03%
Unistalda	7.511.450,63	1.146.791,53	15,27%	16,57%	17,21%	19,69%
Uruguaiana	98.312.278,86	20.403.220,75	20,75%	20,76%	19,32%	18,95%

(CONTINUA)

Cidade	2011		% despesas Saúde			
	Receita	Despesa	2011	2010	2009	2008
Vacaria	65.020.688,73	13.453.357,01	21,07%	21,55%	24,26%	24,70%
Vale do Sol	14.159.387,66	2.936.798,03	21,19%	23,35%	20,07%	16,35%
Vale Real	8.323.757,38	1.481.999,11	18,30%	17,40%	17,35%	15,11%
Vale Verde	7.649.882,56	1.522.972,37	19,91%	18,39%	21,46%	18,51%
Vanini	8.050.852,46	1.344.722,86	17,18%	17,03%	18,45%	20,18%
Venâncio Aires	62.884.870,86	12.064.323,33	19,46%	19,76%	19,04%	17,72%
Vera Cruz	24.085.058,76	6.277.880,17	26,65%	24,42%	23,07%	22,35%
Veranópolis	35.168.628,67	5.467.250,07	15,74%	16,49%	18,64%	16,89%
Vespasiano Correa	8.299.619,64	1.446.422,42	17,78%	16,80%	16,62%	16,71%
Viadutos	9.066.724,54	1.868.456,45	21,13%	19,52%	19,85%	16,46%
Viamão	127.615.397,52	21.248.896,49	16,65%	15,56%	16,48%	15,15%
Vicente Dutra	7.623.879,83	1.823.238,08	24,64%	24,48%	23,51%	24,07%
Victor Groeff	9.641.337,60	1.492.996,57	15,86%	16,03%	16,08%	20,30%
Vila Flores	10.258.403,13	1.606.851,04	16,01%	15,22%	15,71%	15,42%
Vila Lângaro	8.484.376,99	1.299.971,42	15,74%	18,27%	21,33%	18,48%
Vila Maria	11.680.051,53	2.022.890,95	17,66%	16,89%	20,54%	18,87%
Vila Nova o Sul	8.375.989,41	1.637.011,41	20,07%	20,96%	20,81%	17,46%
Vista Alegre	7.942.464,92	1.212.731,85	15,27%	16,10%	17,10%	19,72%
Vista Alegre do Prata	9.155.267,06	1.670.318,88	18,70%	18,76%	18,58%	19,01%
Vista Gaúcha	8.120.794,24	1.404.586,19	17,79%	17,83%	19,89%	18,14%
Vitória das Missões	7.513.751,32	1.370.037,52	18,23%	18,09%	19,07%	17,27%
Westfália	11.845.824,64	1.755.769,60	15,10%	16,94%	16,65%	15,88%
Xangrilá	39.697.958,43	9.255.842,12	23,32%	20,61%	20,81%	22,76%

**Fonte:** Tribunal de Contas do Estado do RS (TCE-RS).